



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

REVANA RODRIGUES PEREIRA MARQUES

**PROFESSORES ESPECIALIZADOS E PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DE
ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DE
MARABÁ-PARÁ**

**Marabá-PA
2019**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

REVANA RODRIGUES PEREIRA MARQUES

**PROFESSORES ESPECIALIZADOS E PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DE
ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DE
MARABÁ-PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Sul e Sudeste do Pará, como requisito
parcial para obtenção do grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Lucélia Cardoso
Cavalcante Rabelo.

**Marabá-PA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Marques, Revana Rodrigues Pereira

Professores especializados e práticas de avaliação de alunos com paralisia cerebral no ensino fundamental de Marabá-Pará / Revana Rodrigues Pereira Marques; orientadora, Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, 2019.

1. Pessoas com deficiência mental – Educação - Marabá (PA). 2. Educação especial. 3. Professores de educação especial – Formação - Marabá (PA). 4. Avaliação educacional. 5. Educação inclusiva. 6. Prática de ensino. 7. Aprendizagem. I. Rabelo, Lucélia Cardoso Cavalcante, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 371.92098115

Elaborada por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, na sala dezessete da Unidade I, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, realizou-se a defesa de TCC de REVANA RODRIGUES PEREIRA, matrícula 201340204040, intitulado "PROFESSORES ESPECIALIZADOS E PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DE MARABÁ - PARÁ", para obtenção de conceito na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso. Depois de declarada aberta a sessão, o (a) senhor (a) presidente deu a palavra ao (à) aluno (a) e em seguida aos examinadores para as devidas arguições, que se desenvolveram nos termos regimentais. Em seguida, a comissão examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, decidindo atribuir ao trabalho o conceito BOM. À vista deste resultado, foi considerado APROVADA na disciplina TCC.

Observações da Banca Examinadora:

Realizar todas as indicações sugeridas pela banca.

Para constar, Milena Gabriele Almeida de Souza, Secretária Acadêmica da Faculdade de Ciências da Educação, redigiu a presente ata que segue assinada pelos (as) senhores (as) membros da comissão examinadora.

Marabá (PA), 17 de julho de 2019.

Lucélia C. C. Rabelo

Profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo (Presidente);

T.P.

Profa. Dra. Terezinha Pereira Cavalcante (Membro Interno);

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais Pedro Alves e Raimunda Rodrigues (Socorro), a meu esposo Luciano Marques e ao meu filho Théo. E todos que acreditaram na concretização deste meu sonho e realização do meu objetivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar o meu caminho em toda minha trajetória acadêmica, por ter concedido forças para me manter firme nos momentos que pensei que não conseguiria alcançar meus objetivos, mas eu sei que a graça de Deus se faz presente em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais Pedro e Socorro, por todo carinho e cuidado comigo sempre me impulsionado a estudar para ter um futuro melhor e por todo cuidado com meu filho em momentos que precisei estar ausente. E por ter lhes proporcionado tamanha alegria e orgulho de terem a primeira filha a caçula de cinco irmãos cursar o ensino superior, obrigada meus pais por tudo que fizeram e fazem por mim, amo vocês.

Ao meu esposo, Luciano, por toda paciência, força, carinho, compreensão e motivação, para realização dos meus sonhos, te amo.

Ao meu filho, Théo, mesmo por não compreender de não lhe dá atenção quando queria porque estava estudando, amo você.

Aos meus irmãos Daiane, Crislaine, Renata e Renato, por toda força e motivação que de alguma forma me deram nesse momento. A todos os demais familiares por compartilharem comigo momentos de alegria durante o meu curso.

As minhas amigas de curso Marlúcia, Tassyane e Herline que juntas compartilhamos todos os momentos de alegria e de dificuldade, agradeço em especial a Herline por todos os momentos que ela me ajudou na reta final do curso no temível Trabalho de Conclusão de Curso/TCC, sempre uma ajudando a outra. À você amiga, meu muito obrigada, e principalmente à Deus por ter me concedido o privilégio de poder ter conhecido mulheres admiráveis.

A todos os meus queridos mestres que com muito profissionalismo me ensinaram a ser uma pessoa apta a exercer essa brilhante profissão: a Docência.

Em especial a minha Orientadora, Prof. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo por todo profissionalismo, ensinamentos e desdobramentos oferecidos durante a realização deste trabalho, obrigada.

Aos professores participantes desta pesquisa, que colaboração com a construção do mesmo.

A todos o meu muito obrigado!

Hoje eu sei
Que quem me deu a ideia
De uma nova
consciência e juventude
Tá em casa
guardado por Deus.
(Elis Regina)

RESUMO

Este estudo buscou sistematizar uma análise de como ocorre a avaliação escolar do aluno com paralisia cerebral/pc a partir da perspectiva dos professores. Norteou-se pela questão problema: como se desenvolve a avaliação escolar de alunos com paralisia cerebral no atendimento educacional especializado/AEE, em escolas públicas municipais de Marabá? A pesquisa se desenvolveu fundamentada nos princípios de uma abordagem qualitativa, com um teor descritivo dos procedimentos adotados por professores do atendimento educacional especializado/AEE para a avaliação escolar, no que se refere ao diagnóstico pedagógico, acompanhamento acadêmico e resultados no aprendizado do aluno com paralisia cerebral. Verificou-se junto ao professor especializado, quais os critérios e estratégias desenvolvidas para avaliar o aluno com paralisia cerebral. Para isto, foi formulado um roteiro de entrevista de perfil e atuação docente do professor do AEE. Participaram do estudo professoras de três escolas do ensino fundamental, sendo duas no Núcleo da Nova-Marabá e uma do Núcleo da Cidade Nova. Os dados foram analisados com base em eixos temáticos de análises. Assim, verificou-se que as concepções apresentadas pelas professoras participantes, foram variadas, pois cada uma desenvolve a prática de avaliação alinhada às estratégias didáticas para apoiar o aprendizado do aluno com paralisia cerebral que auxilie na inclusão escolar. Conclui-se ser fundamental que o processo avaliativo aconteça como responsabilidade de toda a escola, especialmente em diálogos do professor do AEE com o professor do ensino comum.

Palavras-chaves: Educação Especial, Avaliação escolar, Alunos com paralisia cerebral, Professor especializado.

ABSTRACT

This study aimed to systematize an analysis of how the school evaluation of students with cerebral palsy / pc occurs from the teachers' perspective. It was guided by the problem question: how is the school evaluation of students with cerebral palsy developed in the specialized educational assistance / ESA, in Marabá municipal public schools? The research was developed based on the principles of a qualitative approach, with a descriptive content of the procedures adopted by teachers of specialized educational assistance / ESA for school evaluation, regarding the pedagogical diagnosis, academic follow-up and learning outcomes of the student with paralysis. cerebral. It was verified with the specialized teacher, which criteria and strategies were developed to evaluate the student with cerebral palsy. For this, it was formulated a script of profile interview and teaching performance of the teacher of AEE. Teachers from three elementary schools participated in the study, two in the Nova-Marabá Center and one in the Cidade Nova Center. Data were analyzed based on thematic axes of analysis. Thus, it was found that the conceptions presented by the participating teachers were varied, as each one develops the practice of evaluation aligned to the didactic strategies to support the learning of the student with cerebral palsy that helps in the school inclusion. It is concluded that it is essential that the evaluation process happens as the responsibility of the whole school, especially in dialogues of the teacher of the ESA with the teacher of ordinary education.

Keywords: Special Education, School assessment, Students with cerebral palsy, Specialized teacher.

LISTA DE IMAGENS

QUADRO 1: Participantes da pesquisa	44
QUADRO 2: Caracterização das professoras participantes	45
QUADRO 3: Perfil do aluno com Paralisia Cerebral	46

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAT – Comitê de ajudas Técnicas
CENESP - Centro Nacional de Educação Especial
CNE – Conselho Nacional de Educação
IBC – Instituto Benjamin Constant
INES – Instituto Nacional da Educação dos Surdos
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
OMS – Organização Mundial da Saúde
PA – Pará
PC – Paralisia Cerebral
PAEE – Público Alvo da Educação Especial
SEDH – Secretaria dos Direitos Humanos
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
TA – Tecnologia Assistiva
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. INTRODUÇÃO	14
2. EDUCAÇÃO ESPECIAL, HISTÓRICO E PRESSUPOSTOS DA POLÍTICA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL.	18
2.1. Breve histórico da educação especial no Brasil	18
2.2. Política de Educação Inclusiva: pressupostos e implementação de sistemas de ensino inclusivo com Paralisia cerebral	20
2.3. Atribuições dos professores do atendimento educacional especializado no apoio aos alunos com Paralisia Cerebral	23
3. CARACTERIZAÇÃO DE COMO ACONTECE A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	30
3.1. Uma revisão de estudos sobre avaliação educacional do aluno público alvo da educação especial	31
3.2. Alunos com paralisia cerebral: perfil e potencialidades de aprendizagem e desenvolvimento	36
3.3. As tecnologias assistivas e seu uso no apoio a inclusão escolar de alunos com paralisia cerebral	37
4. METODOLOGIA DA PESQUISA	40
4.1. Procedimentos éticos	41
4.2. Local da pesquisa	41
4.3. Descrição dos Participantes	44
4.4. Instrumentos de coleta de dados	51
4.5. Materiais e Equipamentos	51
4.6. Procedimentos de análises de dados	52
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
a) Concepções sobre a avaliação dos alunos com paralisia cerebral subjacente à prática do professor do AEE;	53
b) Avaliação pedagógica dos alunos com paralisia cerebral: instrumentos e estratégias adotadas pelas professoras de SEM;	55
c) O processo de avaliação escolar/acadêmica do aluno com deficiência e suas contribuições na inclusão escolar	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
ANEXOS	68

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória acadêmica teve início no ano de 2013, com meu ingresso na tão sonhada e desejada Universidade Federal do Pará, agora Unifesspa, e com o passar do curso em 2014 e 2015 pude vivenciar meu primeiro estágio não obrigatório, esse seria minha primeira oportunidade de atuação profissional como auxiliar de um aluno diagnosticado com hiperatividade, esse aluno criou um vínculo muito sólido comigo, que quando informei que não seria mais a auxiliar dele, ele não queria outra “tia”. Mas por razões de eventos pessoais tive que solicitar meu desligamento do acompanhamento deste aluno.

Assumi então no mesmo estágio o acompanhamento de outro aluno com diagnóstico de paralisia cerebral, a princípio tive receio, medo de não conseguir auxiliá-lo conforme suas necessidades. Era um menino usuário de cadeira de rodas, e com membros superiores atrofiados, muito alegre e amoroso tinha muita vontade de aprender. Como estagiária, planejava as atividades de adaptações para o aluno, conforme solicitação da professora regente da turma.

Eu pesquisava as atividades levava no pendrive e imprimia na escola e levava para o aluno.

Atuei como estagiária auxiliar de apoio, a alunos público alvo da educação especial o fim do primeiro semestre do ano de 2016. A desistência de seguir como estagiária se deveu ao fato de problemas sérios em nosso pagamento pela Prefeitura Municipal de Marabá. Posteriormente, fui contratada como auxiliar numa escola particular.

As experiências com o trabalho com alunos com paralisia cerebral, serviram de base para meu ingresso no Núcleo Eletivo do curso de Pedagogia em que optei por atuar no Núcleo eletivo de Educação Especial/NEEs. Nessa oportunidade, vivenciei aprendizados teóricos e práticos, quando realizamos oficinas para a produção de materiais acessíveis que contribuiu sobremaneira com meu crescimento acadêmico. Essa experiência propiciou-me apresentar um trabalho sobre temática da área de educação especial em um evento internacional na cidade de Tucuruí-PA.

Nessa trajetória o meu interesse pela área da educação especial se consolidou conduzindo-me a escolha da temática do meu trabalho de conclusão

de curso com o foco no processo e práticas de avaliação escolar do aluno com paralisia cerebral. Partindo do pressuposto da singularidade desses alunos, as expectativas sociais sobre suas potencialidades eram bastante injustas e baixas. Assim, entender como sua trajetória escolar é avaliada e que conquistas de aprendizagens são ou não asseguradas neste percurso seria um foco importante para se explorar no âmbito da pesquisa de iniciação científica.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil a inclusão educacional envolvendo o público de alunos com deficiência, conta com documentos internacionais como marco: Conferência Mundial de Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Conferência Mundial Sobre as Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade (UNESCO, 1994). O processo de inclusão escolar tem sido alvo de estudos no Brasil de modo muito intenso nas últimas três décadas como analisa Bueno (2008).

Considerando dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% da população mundial é composta de pessoas com algum tipo de deficiência. No Brasil, a estatística revela que 14,5% da população apresentam alguma deficiência atingindo em torno de 27 milhões de pessoas. Dentre as deficiências destaca-se a Paralisia Cerebral com cerca de 30 a 40 mil casos novos por ano (Organização Mundial da Saúde, 2011).

Vários eixos de debates sobre a inclusão educacional de pessoas com deficiência têm sido explorados, destacamos os estudos do Observatório Nacional de Educação Especial/ONEESP que teve como objetivo geral analisar o atendimento educacional especializado por docentes nas salas de recurso multifuncionais de Belém e Marabá, dentre o conjunto de linhas investigativas sobre avaliação compreendermos como os alunos têm sido avaliados em seu percurso escolar nos possibilita compreender como o professor especializado exerce um papel fundamental na realidade educacional.

Este estudo, pretende contribuir com reflexões em torno das condições avaliativas dos alunos com paralisia cerebral no contexto de trabalho dos professores que ofertam o atendimento educacional especializado.

O recorte dado a atuação do professor do AEE no processo avaliativo de alunos com paralisia cerebral, justifica-se pelo fato de que esse serviço de apoio é essencial ao processo de inclusão escolar e os professores especialistas que atuam nas salas de recursos multifuncional. Siluk (2014, p. 101) afirma que o professor do AEE deve trabalhar em uma perspectiva interdisciplinar, realizando interlocuções com profissionais de outras áreas, de forma a garantir o melhor recurso para o aluno com deficiência. "Para atuação no AEE, o professor deve ter

formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009, p. 3).

Além do citado acima de acordo com Baptista (2011, p. 71), cabe considerar que:

[...] um dos avanços relativos à formação desses educadores é o reconhecimento de que, apesar da necessidade de conhecimentos acerca de instrumentos, códigos e linguagens, o conhecimento geral acerca da educação e da Educação Especial deveria ser aquele primordial na formação do educador das pessoas com deficiência.

Em vista disso, este trabalho tem como tema, “Professores especializados e práticas de avaliação de aluno com paralisia cerebral no ensino fundamental de Marabá-Pará”. Para Oliveira e Campos (2005) a avaliação é essencial para se organizar o processo de ensino e aprendizagem, pois auxilia na seleção dos recursos para viabilizar o sucesso acadêmico e redirecionar estratégias metodológicas em sua escolarização.

Nessa direção, Luckesi (1990) define a avaliação da aprendizagem escolar tem sentido somente quando está envolvida em um projeto pedagógico e com seu projeto de ensino, assim a avaliação requer decisões sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos.

O enfoque deste estudo na área da educação especial, surge num contexto de estágio não obrigatório, enquanto estudante de Pedagogia, numa turma de 3º ano escolar, em uma escola da Rede Municipal de Marabá na qual havia um aluno com paralisia cerebral. No percurso do estágio, e observações da realidade escolar, percebeu-se os inúmeros desafios da prática pedagógica da professora para promoção do processo de inclusão escolar deste aluno, que como requer um conjunto de recursos, equipamentos e serviços para o aluno se apropriar dos conhecimentos escolares.

Assim, questiona-se como se desenvolve a avaliação do aluno com paralisia cerebral pelo professor do atendimento educacional especializado na Rede Municipal de Ensino de Marabá? Como objetivos específicos, propôs-se a) Identificar que planejamento de avaliação escolar é realizado pela professora do atendimento educacional especializado com alunos com paralisia cerebral; b) Compreender as práticas de avaliação realizadas pelas professoras especializadas com alunos que apresentam paralisia cerebral; c) Analisar em medida as práticas de avaliação escolar de alunos com paralisia cerebral tem

contribuído para a aprendizagem e inclusão educacional de alunos com paralisia cerebral.

Esta pesquisa pretende sintetizar análises que possam subsidiar a prática pedagógica inclusiva de professores que atuam na escolarização de alunos com paralisia cerebral, contribuindo com indicativos para programas de formação de professores, inicial e continuada, inclusive com um novo remodelamento dos cursos das licenciaturas na UNIFESSPA de modo a ressignificar os processos de avaliação realizados por professores do AEE e professores do ensino comum para atender as especificidades de demandas dos alunos com paralisia cerebral.

Os professores frequentemente enfrentam grandes desafios nos contextos educacionais escolares, principalmente, quanto à variedade e graus de severidade das condições de deficiência que alunos com paralisia cerebral apresentam.

Para que o aluno com paralisia cerebral tenha a possibilidade de desenvolver seu potencial e seguir em sua trajetória acadêmica, é necessário que as pessoas envolvidas no processo principalmente os professores, utilizem técnicas pedagógicas adequadas para conduzir o trabalho pedagógico, adotando uma sistemática avaliativa que qualifique a oferta de serviços em educação especial que poderá apoiar a inclusão escolar dos alunos.

Isto exposto, vimos que este estudo poderá contribuir com reflexões sobre o trabalho pedagógico especializado do professor do AEE, com práticas de avaliação escolar do professor do ensino comum, assim como nos remete a necessidade de se transversalizar temáticas da área da educação especial nas atividades curriculares do curso de Pedagogia.

O trabalho aqui descrito, segue uma estruturação que contempla eixos temáticos que envolvem a condição de deficiência de alunos com paralisia cerebral, enfocando com centralidade como professoras especializadas desenvolvem as práticas de avaliação escolar. Assim estruturamos o trabalho conforme descrito a seguir.

O primeiro, introduz a temática da pesquisa e a relevância do recorte dado às práticas avaliativas realizadas por professoras do AEE.

O segundo capítulo, abordou-se sobre o que significa Educação Especial seu breve histórico no Brasil, pressupostos da política de inclusão educacional e atuação de professores do AEE.

O terceiro capítulo expõe a caracterização de como acontece a avaliação educacional de alunos com paralisia cerebral.

O quarto capítulo mostra os fundamentos metodológicos, que perpassa o local da pesquisa descrição dos participantes e o instrumento que foi utilizado para coleta de dados no caso o roteiro de entrevista de perfil do profissional do AEE e um questionário de perfil do aluno com PC.

O quinto relata as reflexões sobre a avaliação dos alunos com paralisia cerebral, pelo olhar das professoras especializadas do AEE, indicando as adaptações acerca do currículo escolar para potencializar o desenvolvimento do aluno com paralisia cerebral na escola.

Finalizando, apresenta-se as considerações sobre a pesquisa, expressando os contributos do trabalho, os limites da pesquisa e indicação de potenciais foco de estudo que precisam ser aprofundados em novos estudos. Assim como pontuamos considerações sobre como poderiam ser pensadas práticas de avaliação escolar com alunos com paralisia cerebral.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL, HISTÓRICO E PRESSUPOSTOS DA POLÍTICA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

A evolução da Educação Especial no Brasil foi permeada por um longo processo de transformação histórica e política, que implicaram em muitas conquistas foram alcançadas. Contudo, cumpre destacar a existência de dicotômicas vertentes no modo de considerar as pessoas com deficiência, variando em momentos de discriminação e preconceito vivenciados até a chegada do contexto de inclusão social desta população na sociedade. A educação especial é criada com a finalidade de atender às necessidades educacionais especiais, contando como uma forma de apoio para a inclusão educacional.

2.1. Breve histórico da educação especial no Brasil

A educação especial no Brasil após anos de exclusão e abandono ganharam as atenções em meados de 1854, o atendimento às pessoas com deficiência tiveram início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857 (JANNUZZI, 1994; MAZZOTTA, 2005), atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

Os atendimentos criados no Brasil a partir de instituição que prestavam serviços a alguns tipos de deficiência: visual e auditiva, evidenciava a exclusão de outros tipos de deficiências como a física e principalmente as intelectuais. Segundo Jannuzzi (1994) base em estudos históricos sobre a deficiência, na época de 1935 descreveu o processo de escolarização de pessoas com deficiência intelectual, explicando sobre os conceitos de deficiência empregados como:

1. Não houve solução escolar para elas.
2. As conceituações sobre deficiência eram contraditórias e imprecisas, e incorporavam as expectativas sociais do momento histórico em curso.
3. A concepção de deficiência intelectual englobou diversas e variadas crianças, com comportamentos divergentes das normas sociais estabelecidas pela sociedade e então veiculadas nos padrões escolares.
4. A classificação ficou mais ao nível do discurso, e foi aplicada muito pouco em função da desescolarização geral predominante.

5. A escassa educação das pessoas com deficiência intelectual neste período representava a síntese dos enfoques e procedimentos primeiramente franceses e posteriormente europeus e norte-americanos.

De acordo com Jannuzzi (1994) no século XIX existiam duas grandes fortes vertentes, a médico-pedagógica e a psicopedagógica, e com a predominância de hospitais que realizavam atendimentos às pessoas com deficiência na época fez com que a vertente médico-pedagógica fosse a mais ouvida, o termo utilizado para a não adequação era — defeitos pedagógicos, crianças que não tinham uma capacidade ideal de aprendizagem como, por exemplo, concentração e boa memória já estavam enquadradas nessa perspectiva (JANNUZZI, 1994, p. 20).

Os critérios para tal diagnóstico, eram baseados nas seguintes características:

[...] com atenção fraca, memória preguiçosa e lenta, vontade caprichosa, iniciativa rudimentar, com decisão difícil, reflexão laboriosa, credulidade exagerada, ou ao contrário insuficiente, donde confiança excessiva ou desconfiança irredutível (MELLO, 1917, Apud JANNUZZI, 1985, p. 20).

No início do século XX o cenário começou a mudar quando foi fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 nasceu a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no Rio de Janeiro. Como bem se sabe que tamanha é a importância da APAE para as pessoas que nela tem acesso ela se caracteriza por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. O trabalho reflete resultados expressivos e as conquistas do Movimento apaeano na luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

O passar dos tempos foi como um despertar das pessoas com relação à deficiência e o surgimento de novas oportunidades que antes não existia, estando sempre em busca constante de abrir novos caminhos aos direitos da pessoa com deficiência.

A educação especial foi estabelecida como uma das prioridades do I Plano Setorial de Educação e Cultural (1972-1974) e foi neste contexto que surgiu em junho de 1973, o Decreto 72.425, de 3 de julho de 1973, que criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), junto ao Ministério de Educação; que

iria se constituir no primeiro órgão educacional do governo federal, responsável pela definição da política de educação especial. (MENDES, 2010, p. 57)

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de 'políticas especiais' para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), traz como um dos seus objetivos fundamentais, art.3º inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante no art. 208 dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A educação especial é definida, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996), como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos.

As políticas de educação inclusiva e pressupostos e implementação de sistemas de ensino inclusivo no Brasil, serão explanados no próximo tópico, dessa forma percebemos que no início dos séculos a luta das pessoas com deficiência pelo acesso à educação perante a sociedade foi muito árdua e que grandes movimentos foram responsáveis pelos avanços alcançados em busca do direito das pessoas com deficiência.

2.2. Política de Educação Inclusiva: pressupostos e implementação de sistemas de ensino inclusivo no Brasil

Em meados do século XX, com o crescimento dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, surge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. Com o passar de tempo desse período histórico, fortalecendo a crítica às práticas de categorização e segregação de estudantes encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares como citado abaixo por Mendes (2010, p. 97):

Enquanto se observa o crescimento da institucionalização, da implantação de escolas especiais comunitárias e de classes especiais nas escolas públicas para os variados graus de deficiência em vários países ao longo da primeira metade do século XX, no Brasil predominou no geral a despreocupação com a conceituação, com a classificação e com a criação de serviços. A pequena seleção dos “anormais” na escola ocorria em função de critérios ainda vagos e baseados em “defeitos pedagógicos” e os escolares considerados, por exemplo, como “subnormais intelectuais”

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008), objetiva assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação através da —orientação aos sistemas de ensino que devem garantir a —formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar. (BRASIL, 2008).

A ideia de um sistema educacional inclusivo provocou processos de reflexão e prática, que buscaram efetivar mudanças conceituais, político e pedagógicas, coerentes com o propósito de garantir em termos reais, o direito de todos à educação. Sendo que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p. 330).

Na busca de enfrentar esse desafio e construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão, a Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien (1990), chama a atenção dos países para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola.

Os principais referenciais acima citados enfatizam a educação de qualidade para todos, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e a implementação de ações voltadas para a universalização do acesso na escola no âmbito da educação fundamental, a oferta da educação infantil nas redes públicas de ensino, a estruturação do atendimento às demandas de alfabetização e da modalidade de educação de jovens e adultos, além da construção da gestão democrática da escola.

No contexto do movimento político para o alcance das metas de educação para todos, a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, propõe aprofundar a discussão, problematizando os aspectos acerca da escola não acessível a todos estudantes. A partir desta reflexão acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos, o documento Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994) proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17 - 18).

A inclusão, deve ser pensada a partir das diferenças de cada estudante, pois a proposta de inclusão começa quando as escolas promovem projetos que impulsionam mudanças que agregam políticas públicas na inclusão escolar.

Mendes e Almeida (2016, p. 347) ressaltam que:

A educação inclusiva não se reduz à matrícula compulsória na escola pública por força da legislação vigente. Sobremaneira, significa acolhimento respeitoso e reconhecimento das diferenças sensoriais, cognitivas e físicas dos alunos como parte de sua humanidade e, portanto, demandam ser atendidas e não segregadas em espaços institucionais especializados.

Nesta mesma perspectiva a inclusão e a aprendizagem, de todos estudantes dependem da transformação da estrutura educacional na qual são necessárias as condições de acessibilidade e serviços em educação especial assegurando, participação, cabendo à escola prover espaço que reconhece e valoriza as diferenças de todos e não a segregação desses alunos nas escolas.

Ao crescente movimento mundial pela inclusão, em 1994 o Brasil publica o documento Política Nacional de Educação Especial, alicerçado no paradigma integracionista, fundamentado no princípio da normalização, com foco no modelo clínico de deficiência, atribuindo às características físicas, intelectuais ou sensoriais dos estudantes, um caráter incapacitante que se constitui em impedimento para sua inclusão educacional e social.

Ao contrário de proporcionar mudança que favorecesse os avanços perante o processo de inclusão escolar, a política acima citada constata que muitos são os desafios para uma nova construção educacional. De nada vale, falar em inclusão se as ações na escola, mantivera-se num espaço de conservadorismo ou até mesmo como um espaço estabelecido de acolhimento daqueles estudantes considerados incapacitados de alcançar os objetivos educacionais.

Na política atual os princípios são definidos e demonstrados pelas Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010, que no documento apontam que:

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.10)

Fundamentado no documento citado acima a educação inclusiva torna-se um direito inquestionável e incondicional esse princípio impulsiona o atendimento especializado processos de elaboração e desenvolvimento de propostas pedagógicas que visam assegurar as condições de acesso aos estudantes no ensino regular garantindo a inclusão de todos.

2.3. Atribuições dos professores do atendimento educacional especializado no apoio aos alunos com Paralisia cerebral

Configura como exigências em termo de formação para o desempenho da função de professor no AEE, de acordo com o Art.12. da Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (BRASIL, 2009), que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação Básica, modalidade Educação Especial, “Para atuação no, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009a, p. 3).

As exigências de formação profissional do professor para atuar na educação básica e com alunos público alvo da educação especial, exige do professor a utilização de conhecimentos dos pressupostos das ciências da educação. Pensar o planejamento, a organização do currículo, a didática e a avaliação escolar, precisa contar com um exercício de aplicação da transversalidade da educação especial.

Assim ao se considerar como o aluno com paralisia cerebral é avaliado pedagogicamente, orienta-se pela definição de Hoffmann (2004, p. 10) “A avaliação é reflexão, capacidade de pensar sobre seus atos, de analisá-los, julgá-los, interagindo com o mundo e com os outros seres, influenciando e sofrendo influências pelo seu pensar e agir”. E no AEE esse processo de avaliação, ganha um significado singular, pois pode potencializar e indicar as adequações curriculares que precisam ser implementadas para garantir condições de desenvolvimento pleno dos alunos com paralisia cerebral.

O AEE foi, durante muito tempo, entendido de forma equivocada, como se fosse sinônimo da escolarização realizada pela escola na classe especial, em um longo período, alimentou-se as práticas educacionais segregadoras voltadas a alunos com deficiência. Tendo em vista que o AEE se diferencia da escolarização, deve ser oferecido em horário oposto às aulas, para que o aluno possa frequentar a turma do ensino comum e se escolarizar junto com os demais alunos, tal como garante os princípios inclusivos.

Considera-se que a avaliação que o professor especialista realiza com alunos atendimentos nas SRMs apoia a avaliação realizada pelo professor do ensino comum de modo decisivo para a garantia de condições para que a inclusão escolar ocorra. Para tanto é necessário discutir sobre o papel do professor do AEE e do professor do ensino comum de modo claro, para se fundamentar na prática

colaborativa entre ambos, como premissa para a escolarização do aluno com deficiência, ocorrer com a qualidade a que tem direito.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), em seu art. 18, parágrafo 2º é considerado professor especializado:

[...] aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2011, p. 5).

Esse processo de identificação de perfis de necessidades educacionais especiais, para então definir e implementar apoios específicos de acessibilidade e inclusão, compõe uma das dimensões avaliativas do aluno com deficiência. Como o professor especialista realiza esse processo? E no caso de alunos com paralisia cerebral, que contribuições o trabalho do professor do AEE na prática avaliativa pode propiciar? Essas reflexões são cruciais para lançar mão de estratégias no trabalho pedagógico de escolarizar este público de alunos.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, p. 7) estabelece como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Assim como está definido, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, p. 7).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/PNEEPEI (BRASIL, 2008), está descrito que:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a

oferta dos serviços e recursos da educação especial. (BRASIL, 2008, p. 17-18).

O AEE disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. E o papel da avaliação feita pelo professor especialista precisa entremear as diretrizes para a orientação do ensino voltado ao público de alunos com deficiência.

O AEE está baseado nos pressupostos de que todo aluno, independente de suas necessidades educacionais especiais, etnia, gênero, diferenças linguísticas, religiosas, sociais culturais, entre outras, tem o mesmo direito de acesso à escolarização, com o grupo de sua faixa etária e que a escola deve acolher e valorizar as diferenças (BRASIL, 2008).

A escola é o local onde o aluno aprende seus direitos e deveres como cidadão, contudo o aluno deve respeitar a todos a escola é um espaço organizado para criar condições de desenvolvimento de todos os alunos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p. 8).

Conforme citado nas Diretrizes acima, cabe a escola se organizar e matricular todos os alunos inclusive proporcionar uma educação de qualidade para todos e atender os alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com o documento Sala de Recursos abaixo mencionado (ALVES, 2006, p.15): o AEE deve caminhar em conjunto ao trabalho desenvolvido em sala de aula no ensino comum, os professores devem buscar soluções para beneficiar o aprendizado do aluno.

O Atendimento Educacional Especializado deve ser uma ação dos sistemas de ensino para acolher a diversidade ao longo do processo educativo. Constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar os serviços educacionais comum.

O Decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011, p. 3) define as SRM como espaços de oferta do AEE nas escolas, devendo ser dotados de equipamentos mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos uma intensa carga de responsabilidade é direcionada ao profissional do AEE, que tem como atribuições:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

Para esse conjunto de atribuições o processo de identificar serviços e recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias que subsidiem a escolarização do aluno com deficiência, tem na avaliação uma premissa, para “elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias”. O planejamento da prática pedagógica na oferta do AEE, não prescinde sem a prática de avaliação do aluno e de suas necessidades específicas.

Assim como é atribuído ao professor especializado:

- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; (BRASIL, 2011, p. 3)

Nesse trecho da legislação, cumpre destacarmos que o acompanhamento e análise do funcionamento e aplicação de uso de recursos pedagógicos e de acessibilidade no contexto das aulas no ensino comum e demais espaços da escola, requer critérios e instrumentos de avaliação, que o professor especialista precisa adotar para acompanhar os alunos público alvo da educação especial. As parcerias atribuídas ao seu papel com mais variados setores da sociedade, para se elaborar estratégias de recursos de acessibilidade e sua disponibilização, tem como base, a avaliação do aluno, seu nível de aprendizado e potenciais de desenvolvimento sob que condições acessíveis. A orientação de professores do ensino comum, gestores da escola e as famílias sobre qual o recurso pedagógico

e de acessibilidade mais adequado ao aluno, envolve também a sistematização de perfil deste aluno, obtido através de avaliação, caso por caso de aluno.

Por fim, outro conjunto de atribuições, prevê-se:

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2011, p. 02)

Aqui, analisa-se que a organização do ensino e uso de tecnologia assistiva aos alunos com deficiência, têm proposição de objetivos de aprendizagem, expectativas de resultados efetivos para promoção de sua autonomia e participação na vida escolar e na sociedade. O que exige desse profissional, práticas avaliativas importantes para ativação de ações de apoios específicos capazes de oportunizar condições para os alunos se escolarizar, levando para o ensino comum, esses serviços.

Considerando esse conjunto complexo de atribuições, há um grau de responsabilidade importante no processo de apoio especializado capaz de propiciar a inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial. Os serviços em educação especial, tornam a aprendizagem e desenvolvendo dos alunos possíveis e com condições de acessibilidade necessárias a potencializar as funcionalidades, especialmente quando falamos de casos com paralisia cerebral.

A formação do professor que trabalha no AEE precisa instrumentalizá-lo para que dê conta de várias atividades que exigem conhecimento específico. São diversas as ações que deve desempenhar dentro de cada área que compõe o alunado da sala de recurso multifuncional/SRM. Segundo Baptista (2011) ainda “temos um longo caminho a ser percorrido”.

[...] é necessário reconhecer que, além das diretrizes gerais para a organização das salas de recursos, é fundamental garantir espaço de criação de delineamentos para esse serviço em função de características específicas de cada contexto. (BAPTISTA, 2011, p. 71).

Enquanto apoio para o processo de escolarização dos alunos com deficiência, ressaltamos, portanto, os benefícios do AEE, considerando a realidade de cada contexto e ao mesmo tempo, o professor necessita de formação que proporcione, e assegure clareza sobre o trabalho que deve desempenhar, bem como, conhecimento específico para lidar com cada aluno.

Compete ao professor do AEE a realização minuciosa para avaliar as especificidades e potencialidades, para então apontar os recursos e quais estratégias para trabalhar o desenvolvimento do aluno com paralisia cerebral, existe o documento norteador que configura o que deve ser realizado com o aluno:

Os planos de AEE resultam das escolhas do professor quanto aos recursos, equipamentos, apoios mais adequados para que possam eliminar as barreiras que impedem o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na sua turma da escola comum, garantindo-lhe a participação no processo escolar e na vida social em geral, segundo suas capacidades. Esse atendimento tem funções próprias do ensino especial, as quais não se destinam a substituir o ensino comum e nem mesmo fazer adaptações aos currículos, às avaliações de desempenho e a outros. É importante salientar que o AEE não se confunde com reforço escolar. (ROPOLI et al., 2010, p. 23).

Como mencionado acima o papel do professor é eliminar qualquer barreira que venham impedir o desenvolvimento pedagógico do aluno propiciando autonomia para que aluno possa garantir seus direitos em todos os âmbitos que estiver.

3. CARACTERIZAÇÃO DE COMO ACONTECE A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Esse capítulo apresenta uma pequena definição da Paralisia cerebral, e o modo de avaliação do professor do atendimento educacional especializado.

A paralisia cerebral, não se trata de uma doença, “mas sim um quadro ou um estado patológico”, que denota incapacidades e diferentes tipos de dependência, refletindo no meio familiar e necessitando de maior adaptação por parte dos que convivem com a criança, para estimular, faz-se necessário conhecer a deficiência.

“A desordem motora na paralisia cerebral pode ser acompanhada por distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, de comunicação e comportamental, por epilepsia e por problemas musculoesqueléticos secundários” (ROSENBAUM, 2007).

Bobath (1984, p.1) a define:

A paralisia cerebral é definida como uma desordem do movimento e da postura devido a um defeito ou lesão do cérebro imaturo” [...]. A lesão cerebral não é progressiva e provoca debilitação variável na coordenação da ação muscular, com resultante incapacidade da criança em manter posturas e realizar movimentos normais. Esta deficiência motora central está frequentemente associada a problemas de fala, visão e audição, com vários tipos de distúrbios da percepção, um grau de retardo mental e/ou epilepsia (BOBATH, 1984, p..1).

A classificação da paralisia cerebral acontece em numerosas formas que podem ser classificadas por seus efeitos funcionais e pela topologia corporal. “No que tange à etiologia, incluem-se os fatores pré-natais (infecções congênitas, falta de oxigenação etc.); fatores perinatais (anoxia neonatal, eclâmpsia etc.); e fatores pós-natais (infecções, traumas etc.)” (PIOVESANA et al., 2002).

O indivíduo com Necessidades Educativas Especiais, quando estimulado, encorajado e aceito no âmbito social em que participa, certamente, consegue atingir resultados progressivos durante o processo ensino-aprendizagem. Por isso a função da escola é atender às especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e os habilitar funcionalmente nas atividades escolares é o que Hoffmann (2001, p.118) ressalta que:

O processo avaliativo, em sua perspectiva mediadora, destina-se, assim, a acompanhar, entender, favorecer a contínua progressão do aluno em termos destas etapas: mobilização, experiência educativa e expressão do conhecimento, alargando o ciclo que se configura a seguir, no sentido de favorecer a abertura do aluno a novas possibilidades (HOFFMANN, 2001, p.118).

Siluk (2014, p. 46) ressalta que:

[...] os professores do AEE poderão organizar seus atendimentos, sempre no turno inverso ao do ensino regular, avaliando as necessidades específicas de cada aluno. Após essa avaliação, o professor, conhecendo os recursos pedagógicos e de acessibilidade, pensará caso a caso quais estratégias utilizará para desenvolver seu trabalho com seus alunos.

No contexto escolar envolvendo o aluno com paralisia cerebral, como a tem ocorrido o processo de avaliação? Esta realidade requer debates envolvendo tanto o trabalho do professor do AEE, como os procedimentos avaliativos do professor do ensino comum, para compreendermos se tem havido avanços no aprendizado e desenvolvimento acadêmico dos alunos com paralisia cerebral. No recorte deste estudo, será considerado o foco no professor do AEE.

3.1. Uma breve revisão de estudos sobre avaliação educacional do aluno público alvo da educação especial

Começou-se a falar na avaliação aplicada à educação com Tyler (1949), considerado como o pai da avaliação educacional. O referido autor considera a avaliação, como a comparação constante entre os resultados dos alunos, ou o seu desempenho e objetivos, previamente definidos. A avaliação é, assim, compreendida, o processo de determinação da extensão com que os objetivos educacionais se realizam. No início do século XX, a avaliação formal se dava na maioria das vezes através de testes, o que atribuía ao processo avaliativo o cunho meramente instrumental.

Para que aconteça uma avaliação inclusiva é necessário que haja uma substituição do modelo atual em um modelo de avaliação formativa. Segundo Dalben (1999, p. 78) a avaliação formativa é um:

Novo conceito de avaliação e defende uma nova concepção de trabalho pedagógico, alterando a perspectiva transmissiva de processo de ensino. Proclama uma interação permanente: professor x aluno x conhecimento e, neste contexto, o sentido da avaliação direciona-se para um processo de investigação contínua e dinâmica da relação pedagógica como um todo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), reserva, em sua nova redação, o Capítulo V inteiro à Educação Especial – nomenclatura mais ampla – e em seu Art. 59 alterado pela Lei Nº 12.796/2013 preconiza que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos

com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação". (BRASIL, 2013, p. 3).

As diretrizes descritas acima ressaltam em uma nova nomenclatura garantir ensino à todos os estudantes com algum tipo de deficiência.

No que se refere à sistema educacional, a avaliação é usada para a coleta de informação, necessária aos diversos componentes do sistema (os responsáveis pela determinação das políticas educacionais; os diretores de escolas; os professores; os alunos) em sua tomada de decisões.

A avaliação educacional pode ser considerada como um dos temas que, ao serem abordados, sempre requerem um exercício de "olhar para o passado" para entender o que reserva o futuro. "Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos" (LUCKESI, 1995, p. 43).

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, de todo e qualquer que seja o aluno é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica.

Tyler defendia a inclusão de uma variedade de procedimentos avaliativos, tais como: testes, escalas de atitude, inventários, questionários, fichas de registros de comportamento e outras formas de coletar evidências sobre o rendimento dos alunos em uma perspectiva longitudinal, com relação à consecução de objetivos curriculares." (TYLER, 1949, p. 54)

Como citado acima pelo autor o objetivo da avaliação é julgar o comportamento dos alunos, acentuando a importância em formular objetivos educacionais em termos comportamentais, de forma precisa e clara, admite, ainda, que a avaliação deve acontecer em momentos contínuos, subsidiados por mais de um julgamento. A avaliação do aluno com deficiência deve ser "[...] processo dinâmico [...], prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indicam as intervenções pedagógicas do professor." (BRASIL, 2008, p. 11).

Nesse contexto, faz-se necessário compreender em que se fundamentam os diferentes modelos de avaliação, identificando em que matriz epistemológica foi inspirado este ou aquele modelo para que, configurando o real, possa-se discutir a necessidade da busca de um novo paradigma de maneira que a avaliação não seja somente instrumento de medir conhecimento, mas sim algo

que some e que o aluno sinta prazer em ser avaliado. Assim a avaliação da aprendizagem é um fim seguinte ao planejamento tendo em vista que somente é possível a partir do que foi devidamente planejado e executado. (LUCKESI, 2010)

A influência objetivista, provocou o redirecionamento da avaliação à concepção de medida. Conforme explica Soares (1981, p.53):

A avaliação, sob uma falsa aparência de neutralidade e objetividade, é o instrumento por excelência de que lança mão o sistema de ensino. Para dissimular as desigualdades sociais que ela oculta sob a fantasia do dom natural e do mérito individual conquistado.

Assim a avaliação é um instrumento de mensurar o que aluno aprendeu mascarando toda uma realidade que não existe sendo que a avaliação vai além, engloba um conjunto de ações desenvolvida ao longo do ano para que se haja de fato uma avaliação acerca do desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana (BRASIL, 2008, p. 11).

Este documento menciona a avaliação como recurso que considera todo o conhecimento do aluno, mas ele retrata também como o professor deve intervir diante dos alunos com paralisia cerebral criando estratégias para o aluno desenvolver suas habilidades funcionais e sua aprendizagem de modo geral.

Carneiro (2006, p.145) explica que:

Não se trata de comparar o desenvolvimento desses sujeitos, que possuem limites marcados biologicamente, com o de sujeitos que trazem as possibilidades orgânicas íntegras, sem comprometimentos, dentro do padrão considerado normal. Quero é ressaltar que é possível mudar relação com estes sujeitos. Partindo do princípio de que todo ser humano pode aprender, podemos afirmar que todos, ainda que com condições físicas, mentais, sensoriais, neurológicas ou emocionais significativamente diferentes, podem desenvolver sua inteligência.

Com isso podemos afirmar que todas as pessoas não importando suas condições em todos os seus aspectos e condições é capaz de desenvolver sua inteligência e aprender cada qual na sua maneira e especificidade.

Segundo Hoffmann (2004, p.94) é compromisso do professor organizar atividades graduais adequadas ao interesse e possibilidades do grupo, bem como,

prestar ajuda a cada um dos alunos, ajustando suas intervenções aos processos e obstáculos individuais.

Tendo em vista então o referido anteriormente cabe ao professor metodizar atividades para os alunos de modo a atender a todos, despertando o interesse dos mesmos com base em ações que supram empecilhos na individualidade de cada um sempre apontando nossos caminhos por onde o aluno deve percorrer.

Cabe ao professor promover uma avaliação que proporcione a interação entre eles e os alunos dessa forma todos conseguirão atingir seus objetivos e avaliação se tornará algo prazeroso tanto para o professor quanto para os alunos. Segundo Hoffmann (2009, p. 42):

A avaliação, enquanto mediação significa encontro, abertura ao diálogo, interação. Uma trajetória de conhecimento percorrida num mesmo tempo e cenário por alunos e professores. Trajetos que se desencontram, por vezes, e se cruzam por outras, mas seguem em frente, na mesma direção.

Sendo assim a avaliação mediadora tem o papel fundamental em todas os avanços dos alunos no sentido de propiciar um relevante rendimento educacional dos alunos com paralisia cerebral.

A avaliação da aprendizagem para o público-alvo da educação especial foi fortemente pautada numa perspectiva de classificação e seletividade. Hoje a perspectiva que encontramos é de agregar também uma avaliação da aprendizagem deste aluno, que mais do que indicar a deficiência busca identificar as necessidades educacionais do mesmo e os caminhos necessários para que tenha sucesso em percursos escolares. (VELTRONE, 2011, p. 67).

Considerando o que está delineado nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), a avaliação dos alunos com deficiência deverá considerar os seguintes procedimentos:

Art. 6º Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, à escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino-aprendizagem, contando para tal com:

- I. A experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
- II. O setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;
- III. A colaboração da família e a cooperação dos serviços da Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário (BRASIL, 2001, p. 70).

Há uma correlação de variáveis ao se discutir a avaliação de alunos com deficiência o papel centralizado no professor especialista, especialmente na identificação do que se configura como necessidade específica, e o uso dessas informações para tomadas de decisões sobre seu percurso de aprendizado. Os

responsáveis pelo processo avaliativo, envolve uma rede de atuação: sistemas de ensino, a escola e seus profissionais como um todo, os diversos setores da sociedade que prestam serviços especializados e as famílias. Nesse contexto todo, o professor do AEE é um articulador da gestão da educação inclusiva, conforme os papéis desafiadores que a política de educação inclusiva em curso no Brasil, atribui-lhes.

Essa concepção de corresponsáveis é notório no documento supracitado, pois aos sistemas de ensino, fica definido que: “constituam e façam funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva” (BRASIL, 2001, p. 36).

A avaliação escolar do aluno com deficiência, incluindo-se aqui os diferentes perfis de alunos com paralisia cerebral, precisa ser compreendido como:

[...] um processo compartilhado, a ser desenvolvido, preferencialmente, na escola, envolvendo os agentes educacionais. Tem como finalidade conhecer para intervir, de modo preventivo e/ou remediativo sobre as variáveis identificadas como barreiras para a aprendizagem e para a participação, contribuindo para o desenvolvimento global do aluno e para o aprimoramento das instituições de ensino (BRASIL, 2006, p. 9).

Assim como no âmbito das unidades escolares: “deverá ser formada no âmbito da própria escola, uma equipe de avaliação que conte com a participação de todos os profissionais que acompanhem o aluno” (BRASIL, 2001, p. 34).

Nos documentos diretivos é defendido que o processo de avaliação dos alunos público alvo da educação especial, ocorram com esta finalidade: “Avaliação pedagógica do processo de ensino e aprendizagem, inclusive para a identificação das necessidades educacionais especiais e a eventual indicação dos apoios pedagógicos adequados” (BRASIL, 2001, p. 48).

Há uma diferenciação clara entre avaliação diagnóstica clínica que serve para laudos médicos, habilitação e reabilitação no âmbito clínico e de tratamento de condições de saúde.

Já na área educacional, deve-se considerar a organização pedagógica de respostas educacionais, apoio educacional especializado, capazes de promover aprendizagem e desenvolvimento.

3.2. Alunos com paralisia cerebral: perfil e potencialidades de aprendizagem e desenvolvimento

Cada um de nós temos nosso perfil e singularidade, da mesma forma, que um aluno com paralisia cerebral tem a sua. Para que seja desenvolvida nossas potencialidades faz-se necessário um conjunto de condições que proporcione um aprendizado e desenvolvimento. Existem aqueles que não precisam de tantos estímulos, uma complexa rede de apoios e uso de recursos e tecnologias assistiva como é o caso de vários alunos com paralisia cerebral.

O desenvolvimento de uma criança acometida por lesões cerebrais será mais lento em todos os aspectos. Quando se observa uma criança com paralisia cerebral, é possível constatar limitações em sua base orgânica em desenvolver esquemas para executar certas atividades em função de suas dificuldades motoras, sensoriais e cognitivas, em certos casos específicos.

Estudos (SOUZA, 2005; MONTEIRO; MANZINI, 2008) apontam a insegurança, o despreparo, a falta de recursos materiais e de estratégias oferecidos para os professores para lidarem com os alunos que possuem paralisia cerebral, causando resistência deste profissional em recebê-los em sua sala de aula. Esse contexto de desafios, interfere diretamente no modo de se conduzir a avaliação escolar e fazer uso da mesma para acompanhar o percurso de conquistas acadêmicas do aluno.

É complexo trabalhar a especificidade desse público de alunos, pois se não houver suporte necessário, não será possível proporcionar uma prática pedagógica inclusiva que supra suas necessidades.

Assim, percebe-se a importância do conhecimento acerca de protocolos de avaliação em crianças com paralisia cerebral, a fim de desenvolver suas potencialidades por meio dos processos educacionais. A forma com que os professores aplicam suas atividades sem saber de fato os níveis em que estão seus alunos, para que possam exigir mais e/ou menos, deve ser tratado com extremo cuidado para haver uma forma adequada de avaliar este aluno.

Moretto (2002, p. 58) explicita que:

[...] é necessário que o professor conheça as características do grupo como um todo, o desenvolvimento cognitivo, psicológico e social e, a partir daí, organize condições adequadas para a aprendizagem, redirecionando o planejamento, dentro de seus aspectos de flexibilidade, e suas estratégias de ensino, pois aprender é construir significados e ensinar é oportunizar esta construção. (MORETTO, 2002, p. 58).

Dessa forma, para o aluno com paralisia cerebral desenvolver suas potencialidades e ter uma boa funcionalidade na escola, faz-se necessário o uso de recursos. A Tecnologia Assistiva -TA e suas diversas subáreas, como por exemplo a comunicação alternativa e o mobiliário adequado, são de suma importância no cotidiano do aluno, pois oferecem subsídio para o melhor ensino e aprendizagem. Esses componentes de iniciativa têm na prática avaliativa do professor especializado um norte orientador para o ensino efetivo e inclusivo desses alunos.

Os estudos internacionais já sugerem a importância da participação ativa das crianças em pesquisas que investiguem a repercussão trazida pelos recursos de Tecnologia Assistiva e mostram que, as percepções das crianças podem ser diferentes dos adultos devido à diferente fase do desenvolvimento, às suas experiências pessoais e ao que julgam prioridade. (HUNG; SUGDEN; BEVERIDGE, 2009, p. 291).

O desempenho de cada aluno depende da implementação e uso desses recursos de Tecnologia Assistiva nas atividades diárias. Ao promover adaptações na escola, os profissionais da educação, propicia ao aluno com paralisia cerebral a realização de forma efetiva sua participação no contexto educacional e social e, assim, podem desenvolver suas habilidades básicas e obter maior interação com os demais membros no ambiente escolar.

Assim, a questão das tecnologias assistivas na vida da pessoa com paralisia cerebral, é fundamental e torna a vida deste público, possível e com mais independência e autonomia, condições estas necessárias para que o aluno possa apreender e se desenvolver.

3.3. As tecnologias assistivas e seu uso no apoio a inclusão escolar de alunos com paralisia cerebral

A literatura aponta que a tecnologia assistiva é uma ferramenta de suma importância para o desenvolvimento do aluno com PC, diversos estudos (MANZINI, 2006; LOURENÇO, 2008; GONÇALVES, 2010; CALHEIROS, 2015) salientam a importância de recursos de TA para uma aprendizagem efetiva e significativa principalmente aos alunos com paralisia cerebral, pois com o uso desses recursos o acesso desse aluno aos conteúdos escolares, garantirá que o professor avalie melhor o desenvolvimento de sua aprendizagem.

De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) (2007, p. 11) Tecnologia Assistiva é conceituada como:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Comitê de Ajudas Técnicas, Corde/SEDH/PR, 2007, p. 11).

Os elementos já mencionados mostram que o uso da TA permite compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa com paralisia cerebral, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade, dentre outros recursos pedagógicos adaptados podem ser considerados como tecnologia assistiva.

No desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos as ajudas técnicas e a tecnologia assistiva estão inseridas no contexto da educação brasileira, dirigida à promoção da inclusão de todos os alunos na escola. Portanto, o espaço escolar deve ser estruturado como aquele que favorece também as ajudas técnicas e os serviços de tecnologia assistiva (BRASIL, 2006, p. 19)

É necessário que o professor que atua com alunos com paralisia cerebral, conheçam sobre as tecnologias assistiva, especialmente, as que potencializam a aprendizagem dos alunos. Pois no caso dos professores especializados, ao identificar as necessidades específicas deste aluno, poderia organizar e utilizar recursos para garantir o acesso ao conhecimento e formação escolar do aluno com paralisia cerebral de modo apropriado.

A presença destes recursos é necessária, mas há necessidade de conhecimento e manuseio por parte dos professores. Assim, torna-se de extrema importância a necessidade de investimento, capacitação continuada e acesso a esses recursos a fim de buscar correlações entre a teoria e a prática vivenciada nas escolas para que os professores conheçam e efetivem uma proposta real de inclusão, através da utilização de recursos de tecnologia assistiva com os alunos.

A adaptação do recurso pedagógico precisa ser realizada de maneira adequada, para não retirar os próprios objetivos do mesmo, mas sim adaptando as necessidades que surgirem, a fim de favorecer o ensino e contribuir para o aprendizado (MANZINI, 1999, p. 25).

Diante desta questão retratada pelos autores, torna-se importante pensar que nem todas as informações podem ser recebidas pelo usuário, se não for levado em consideração o aspecto da acessibilidade em relação às essas

informações, desta forma os recursos de TA são extremamente necessários para a contribuição do aprendizado desses alunos.

Alpino (2003) em seu estudo sobre processo de inclusão escolar discutiu sobre a necessidade de recursos adaptados nas escolas e apontou o uso de recursos de Tecnologia Assistiva como favoráveis ao processo de inclusão da criança com deficiência física.

Podemos dizer que o objetivo maior da TA é proporcionar à pessoa com deficiência, autonomia, independência funcional, qualidade de vida e inclusão social. (SILUK, 2014, p. 81). Contudo a tecnologia assistiva se apresenta não só para facilitar, mas para tornar possível a realização de toda e qualquer ação seja ela necessária ou desejada, promovendo a ampliação de habilidades funcionais do aluno com paralisia cerebral. Assim, há uma correlação importante entre o uso da tecnologia assistiva e sua função na potencialização das atividades escolares do aluno com paralisia cerebral. Portanto, ao discutirmos como o professor do AEE desenvolve sua prática avaliativa com este aluno, é essencial compreender essa correlação de importância.

Assim, sob essas bases conceituais e premissas epistemológicas do ensino e processo avaliativo, desenvolveu-se os passos metodológicos do estudo, que serão explicitados a seguir.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa aqui delineada construiu-se conforme pressupostos de uma abordagem qualitativa, a qual pretendeu verificar como o professor especialista em educação especial desenvolve a avaliação escolar/acadêmica do aluno com paralisia cerebral.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 47- 48):

Na pesquisa qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, o investigador sendo assim o instrumento principal. A investigação qualitativa é descritiva. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos.

A escolha por este público de alunos, dentre os diversos perfis existentes que requerem educação especial e políticas de acessibilidade, deve-se ao fato de que os serviços para garantir a inclusão escolar desses alunos exigem uma rede de serviços muito maior e complexa, ou seja, a organização e funcionamento do atendimento educacional especializado que garanta o apoio a inclusão escolar no ensino comum.

O processo investigativo ocorreu de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 em quatro escolas públicas municipais de Marabá-PA, as quais possuíam SRM e professoras especialistas que atuam no AEE de alunos com paralisia cerebral, pois para explorar os documentos nos quais as professoras registram o processo avaliativo dos alunos, era necessário acompanhar o que fora sistematizado, ao final do ano letivo e posteriormente arquivados. Por esta razão, a coleta do ano precisou ter esses momentos temporais.

Foram utilizadas técnicas de coletas de dados por meio de aplicação de questionários, roteiros de entrevistas e análise documental na Rede Pública Municipal de Ensino de Marabá.

Segundo Severino (2007, p. 122 -123):

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

A pesquisa documental inicialmente ocorreu para o levantamento de dados junto a Secretaria Municipal de Educação/SEMED com a finalidade de identificar as instituições escolares que possuíam alunos com paralisia cerebral. Com os dados

das escolas, foi iniciado o contato e adoção de procedimentos éticos na apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE no qual se sintetizava dados da pesquisa e seguridade dos direitos dos participantes colaboradores do estudo.

A seleção das instituições alvo da investigação se efetivou a partir de critérios: ter aluno com paralisia cerebral no ensino fundamental da Rede Municipal Público de Marabá e frequentar uma sala de recursos multifuncional. A intencionalidade era a compreender e analisar práticas de avaliação escolar de alunos com paralisia cerebral e sua relação com os princípios inclusivos. E assim contribuir com reflexões acerca da condução de práticas de avaliação acadêmica que expresse o real aprendizado e desenvolvimento conquistados pelos alunos com paralisia cerebral.

Assim, o estudo, desenvolveu-se com professores do AEE de quatro escolas.

As etapas deste estudo transcorreram conforme descrito a seguir:

- **Etapa 1**: Procedimentos éticos e levantamento de dados gerais sobre a educação do município e dados sobre a educação especial.

- **Etapa 2**: Pesquisa em quatro escolas com professores do AEE que atendem alunos com paralisia cerebral, para aplicação de questionários e análise de documentos.

- **Etapa 3**: Tratamento e análises dos dados.

4.1. Procedimentos éticos

Para a autorização da realização da pesquisa, utilizou-se nas escolas um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE apresentado à direção e logo após o consentimento foi direcionada a Sala de Recursos Multifuncionais das escolas, as visitas aconteceram em dias alternados.

4.1. Local da pesquisa

Em 1969, houve a abertura da PA-70, Marabá é ligada à rodovia Belém-Brasília. A cidade de Marabá é marcada por suas enchentes em 1980 a cidade foi assolada pela maior enchente da sua história. Após ser restaurada, em 1988 deu-se início a instalação de indústrias siderúrgicas, com a produção de ferro-gusa,

propiciou grandes benefícios e expansão para o município. Dividida em cinco núcleos urbanos distintos: Marabá Pioneira localizada às margens do rio, Cidade Nova está situada depois da ponte do sobre o rio Itacaiúnas, Nova Marabá os bairros são identificados pelo nome de folhas numeradas, São Félix I e II, estão situados depois da ponte sobre o rio Tocantins e Morada Nova, a 20 km de Marabá.

A população do município é bastante miscigenada, pois há diversas pessoas de outros Estados brasileiros que residem em Marabá. (Câmara Municipal de Marabá, 2018).

Conforme registro a seguir serão descritas a caracterização das escolas.

a) Instituição educacional 1:

A primeira escola, EMEF Jardim de Deus situada na folha 16 quadra especial S/N, foi fundada em abril de 1980, inaugurada oficialmente em 1981. A escola no ano de 2018 atendia 890 alunos nos dois períodos, manhã e tarde.

Na escola tinha 15 salas de aula, 1 sala de diretoria, 1 sala de professores, 1 laboratório de informática, 1 sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), 1 quadra de esporte descoberta, 1 cozinha, 1 sala de leitura, 1 biblioteca, 2 banheiros, 1 banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, 1 sala de secretaria, 1 refeitório, 1 despensa, 1 pátio coberto.

O setor administrativo da escola era formado por 55 funcionários entre eles diretor, vice-diretor, coordenador, secretário, auxiliar administrativo, agente de portaria, agente de serviços gerais, merendeiras, estagiários.

b) Instituição educacional 2:

A escola E. M. E. F. Sonho Feliz está localizada na Fl. 28 Qd. 40 lotes 06 e 07, a comunidade que a escola atende estava situada próximo a área de periferia, com baixo grau de escolaridade a referida escola possui recursos financeiros vindos do ministério da educação/esfera federal, órgão municipal e com recursos do programa Mais Alfabetização¹.

¹ O Programa Mais Alfabetização, criado pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, é uma estratégia do Ministério da Educação para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental.

O Programa Mais Alfabetização fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Estruturalmente depois de uma reforma a escola encontrava-se construída com doze salas de aulas, todas de alvenarias e cobertas com telhas de barro, dois banheiros e um banheiro para os funcionários, um pátio coberto e amplo, uma cozinha, um refeitório, um laboratório de informática, uma quadra sem cobertura e um auditório sem condições de uso e uma secretaria onde funcionava a parte administrativa da escola.

Em 2018 foram atendidos cerca de 503 alunos nos turnos matutino e vespertino, matriculados no ensino fundamental do 1º ao 5º ano, desse total de alunos encontra-se matriculados e ativos 28 alunos com deficiência, a escola possui sala de recursos multifuncionais que atende os alunos da escola e alunos das escolas das proximidades no contra turno de aula.

A escola conta com um diretor, um vice-diretor, um coordenador e um orientador pedagógico, um auxiliar administrativo e um secretário, quinze professores, quatro agentes de portaria, e quatro equipe de apoio e duas merendeiras para o funcionamento do ensino fundamental.

c) Instituição educacional 3:

A EMEF Pedação do Céu situada na Folha 27 Quadra 14 lote especial núcleo Nova-Marabá, em ótima localização perto de bancos, supermercados e outros comerciais, escola mantida pelo município.

No ano de 2018 a escola tinha uma clientela de 450 alunos, sendo do 5º ao 9º série 383 no período diurno, da educação de jovens e adultos 54 no período noturno e 13 na educação especial.

A estrutura das dependências da escola é acessível, a escola tinha 12 salas de aula, 1 biblioteca, 1 secretaria, 1 sala dos professores, 1 sala da diretoria, 1 laboratório de informática, 1 sala de leitura, 1 quadra de esporte coberta, 1 sala de recurso multifuncional para atendimento educacional especializado, e um pátio amplo, e refeitório.

d) Instituição educacional 4:

A escola EMEF Sonho de Criança localizada na rua Natal S/N bairro Belo Horizonte, foi fundada em 2 de março de 1979 e era do estado, no ano de 2000 a escola foi municipalizada. A escola tinha suporte financeiro (PDDE) Programa dinheiro direto na escola.

Atendeu no ano de 2018, 504 alunos do 1º ao 5º ano nos turnos matutino e vespertino.

A escola possui 10 salas de aula, 2 banheiros, 2 banheiros adaptados, 1 cozinha, 1 refeitório, 1 sala administrativa, 1 quadra em construção, 1 pátio, 1 área ampla com muitas árvores.

O setor administrativo é composto por diretora, vice diretora, coordenador, secretária geral, auxiliar de secretaria, 13 professores, 05 estagiários, 4 agentes de portaria, agente de serviço gerais, merendeiras.

4.3. Descrição dos Participantes

Considerando princípios éticos necessários na realização da pesquisa as participantes tiveram seus nomes substituídos por nomes fictícios, onde participaram 3 professoras do AEE.

Quadro 1: Participantes da pesquisa

Participantes/Função	Nomes fictícios
Professora SEM	Joana
Professora SEM	Rosa
Professora SEM	Maria

Fonte: Modelo de quadro retirado da tese de Rabelo (2016).

Quadro 2: Caracterização das professoras participantes

Professoras participantes	Intervalo correspondente a Idade	Formação	Tempo de experiência na Educação	Tempo Atuação na educação especial
Joana	20 a 30	-Especialização em Educação inclusiva -vários cursos na área de educação especial	8 anos	-SRM: 5 anos

Rosa	31 a 40	-Especialização não especificada -vários cursos na área de educação especial TEA.	10 anos	-SRM: 7 anos
Maria	51 a 60	-Pós-graduação em educação especial; TEA -vários cursos na área de educação especial TEA.	20 anos	Ens. comum 14 anos -SRM: 6 anos

Fonte: Modelo de quadro utilizado da tese de Rabelo (2016).

a) Professora da Instituição educacional 1:

A professora Joana possuía formação inicial no ensino médio cursado no ano de 2006 na escola estadual Paes de Carvalho, com graduação em licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará - UFPA e Pós-graduação em educação inclusiva. Participou de curso de atendimento educacional especializado para estudantes com altas habilidades/superdotação de 180h em 2018. A mesma atuou na área da educação por 8 anos e 5 anos em sala de recursos multifuncionais. Para a realização de atividades com aluno com paralisia cerebral ela afirmou fazer uso de Tecnologia Assistiva, atividades elaboradas a partir do plano de atendimento individualizado. Joana disse que por aquele ter sido seu primeiro contato com o aluno com paralisia cerebral confessou que de início foi um pouco difícil, mas com a ajuda da família e da escola foi possível fazer adequação para a realidade do aluno.

b) Professora da Instituição educacional 4:

Professora Maria cursou o ensino médio no ano de 2006 sem especificar a instituição, graduada em psicopedagogia no ano de 2011 na Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas De Marabá- FACIMAB a mesma afirmou ter especialização, mas, não especificou em qual área, participou de cursos sobre altas habilidades/superdotação, Transtorno do Espectro Autista- TEA e ABA é a abreviação para Applied Behavior Analysis. É conhecida também como Análise do Comportamento Aplicada- ABA, todos que participou foram voltados para TEA, ela possuía 10 anos na educação, sendo 7 anos na sala de recurso, para o apoio nas aulas com o aluno com paralisia cerebral fazia uso de recurso da tecnologia

assistiva tudo realizado com base no plano de atendimento individualizado. As atividades gerais da escola tais como: reuniões administrativas, hora pedagógica coletiva, e atividades sociais e culturais, aquele não foi o primeiro contato dela com um aluno com paralisia cerebral, pois já havia tido contato com outro aluno na APAE.

c) Professora da Instituição educacional 2:

Maria cursou seu ensino médio no ano de 1997, na escola Gaspar Viana, graduada em licenciatura em Pedagogia em 2007 e Pós-graduada em Educação Especial e Transtorno do espectro autista TEA. Segundo ela havia participado de um curso de análise comportamental- ABA 2018, Libras em 2015.

Atuou na área da educação 20 anos, sendo 14 anos no ensino comum e 6 anos no AEE, ela utilizava tecnologia assistiva no apoio às aulas do aluno com paralisia cerebral, no ano de 2018 participou de todas as atividades gerais da escola tais como: reuniões administrativas, hora pedagógica coletiva e atividades sociais e culturais, também realiza atividades com aluno de acordo com o plano de atendimento individualizado e aquele não foi o seu primeiro contato com o aluno.

Por questões éticas a descrição de perfil dos alunos mencionados no quadro a seguir, foi substituída, por nomes fictícios.

Quadro 3: Perfil do aluno com Paralisia Cerebral

Nome do Aluno	Escola	Idade/série
João	Jardim de Deus	8 anos/ 2ºano
Ana	Jardim de Deus	8 anos/ 2ºano
Lucas	Sonho de Criança	10 anos/4º ano
Luan	Sonho Feliz	10 anos/4ºano
José	Pedaço do Céu	17 anos/8ºano

Fonte: Modelo de quadro utilizado da tese de Rabelo 2016.

a) Aluno 1: da Escola Jardim de Deus

O aluno João no ano de 2018 esteve regularmente matriculado no 2º ano desta unidade de ensino e no atendimento educacional especializado, o aluno tinha 08 anos de idade, possuía diagnóstico de paralisia cerebral, com comprometimento nos membros inferiores e superiores era usuário de cadeira de rodas. João era bem comunicativo, possuía um bom relacionamento com seus

colegas e professores, em algumas situações o aluno não tinha maturidade para resolver conflitos, pois demonstrava um comportamento infantilizado.

O aluno acompanhava a maioria das atividades realizadas em sala, porém elas precisavam ser adaptadas em suas particularidades. João era bastante comunicativo prezava por sua autonomia no ambiente escolar.

No decorrer do ano de 2018, João teve significativos avanços, já realizava a leitura de palavras, utilizava o alfabeto móvel para montar as palavras, na matemática realizava continhas de adição.

O aluno realizava com entusiasmo as atividades em grupo, se destacando pela sua oratória e convencionalmente de suas ideias, que eram sempre bem argumentadas, percebeu-se seu interesse pelos softwares educativos.

João frequentou o ensino comum e o atendimento educacional especializado regularmente. Participou ativamente nos trabalhos em grupos e nas programações que aconteceram durante o ano letivo.

O referido aluno deverá continuar ser atendido no AEE, cujo plano de atendimento deverá acompanhar suas necessidades educacionais específicas, construídas alicerçadas em estratégias que estimulem o desenvolvimento sócio pedagógico do educando. João foi promovido ao 3º ano/1 ciclo onde se encontrava no nível silábico alfabético.

b) Aluna 2: da Escola Jardim de Deus

Ana no ano de 2018 esteve matriculada regularmente nesta unidade de ensino, a mesma com 8 anos de idade, começou o atendimento em abril do corrente ano. A aluna na maioria das vezes demonstrava um comportamento calmo, porém não gostava de ser contrariada.

A aluna possuía um bom relacionamento com seus professores e com os colegas apresentava dificuldades de interagir, demonstrava ter autonomia para realizar suas atividades, porém com a necessidade de intervenções para executá-las. Ana ainda não acompanhava o ritmo da turma e a maioria das suas atividades precisava ser adaptada.

No início do atendimento na sala de recurso Ana apresentava escrita espelhada, não conseguia tirar do quadro, reconhecia as vogais e algumas consoantes, na escrita do seu nome precisava de auxílio da ficha e mesmo com a ficha não conseguia organizar as letras do seu nome.

No decorrer do ano percebeu-se alguns avanços na aluna, pois já conseguia realizar a escrita do seu primeiro nome, reconhecia o som das vogais nas palavras, reconhecia os números e realizava a contagem com auxílio do material dourado. Ana demonstrava bastante interesse pelos softwares educativos e atividades de pintura, sua família era bastante presente.

Ana durante o ano de 2018 foi uma aluna frequente no ensino comum e no atendimento educacional especializado, participou das atividades em grupo e dos eventos da escola.

Ana deverá continuar ser atendida no AEE desta unidade escolar, cujo plano de atendimento deverá acompanhar suas necessidades educacionais específicas, construídas alicerçadas em estratégias que estimulem o desenvolvimento sócio pedagógico do educando a aluna foi promovida ao 3º ano/1 ciclo encontra-se no nível pré-silábico.

c) Aluno 3: da Escola Sonho de Criança

Segundo laudo médico o aluno Lucas apresentava encefalopatia anoxia aos 03 anos de idade, evoluiu com atraso neuropsicomotor.

Necessitava de acompanhamento multidisciplinar: Fisioterapia motora, Fonoaudiologia e Terapia ocupacional, além do acompanhamento neurológico.

Todas as atividades eram desenvolvidas a partir de adaptações de material disponível em sala, o aluno tinha 10 anos estava alfabetizado e tinha seu cognitivo preservado.

Para a realização das atividades a partir de adaptações confeccionadas com material feito com velcro, para trabalhar com o som das sílabas, desenhos e formação de palavras.

Figura 1: Jogos Pedagógicos da escola Sonho de Criança



Fonte: Foto retirada pela autora 2018.

Figura 2: Jogos Pedagógicos da escola Sonho de Criança



Fonte: Foto retirada pela autora 2018

Os jogos pedagógicos: servem para trabalhar associação de números e quantidades, digitação de palavras no word, necessitando de intervenção para concluir as atividades pois não tem teclado adaptado e ao digitar as vezes aperta muitas letras ao mesmo tempo.

Com base nos dados do Plano individual do aluno, que são traçadas as áreas a serem trabalhadas na sala do AEE, que são as seguintes área cognitiva: Percepção visual, auditiva, tátil, área motora: considerando os seguintes aspectos; postura, locomoção, manipulação de objetivos e combinação de movimentos lateralidade, equilíbrio, orientação espaço temporal e coordenação motora, área social: estado emocional, reação à frustração, isolamento e medos, interação grupal, cooperação e afetividade. Através do caderno dele percebeu-se que se trata de um aluno muito presente nas aulas e que realizava as atividades propostas. O aluno foi promovido para o 5º ano.

d) Aluno 4: da Escola Sonho Feliz

O aluno Luan possuía laudo atestando paralisia cerebral fazia uso de cadeira de rodas, o mesmo possuía dificuldades na Coordenação motora fina e grossa, na leitura pois falava pausadamente e na escrita com relação a compreensão de texto, e no manuseio de objetos como lápis, tesoura e etc tinha dificuldades pois ele tinha as mãos levemente atrofiadas, mas mesmo com dificuldade ele tentava fazer.

Aluno sempre bem-humorado, identificava o alfabeto, as cores, parte do corpo humano, os animais, e os números de 0 a 10, lateralidade (dentro/ fora perto/ longe) ele estava no 4º ano, mas até a realização da pesquisa a professora não falou se ele passaria para a série seguinte.

E não obteve mais informações sobre ele pois a professora alegou que o aluno quase não frequentou a sala de recurso por motivo de está sempre viajando para realização de consultas. Mas segundo relato em conversa com a estagiária ele não sentia vontade em ir para a sala de recurso então foi quando ela pediu a professora do ensino comum para apresentar o diário para comprovação de sua frequência no AEE conforme foi relatado pela professora do AEE.

e) Aluno 5: da Escola Pedaco do céu

O aluno José ainda não tinha domínio da leitura e escrita, representava sua escrita utilizando traçados pontilhados. Na sala as atividades eram em portfólio, o

mesmo estava no 8º ano, segundo professora é sempre muito querido pelo corpo docente da escola.

A convivência em sala do ensino comum sempre foi de muita interação, ele também frequentava a APAE onde tinha acompanhamento com a fonoaudióloga.

O aluno, apresentou dificuldade na fala, mas segundo a professora da sala de recurso ele não tinha necessidade de uso da Tecnologia Assistiva, pois o mesmo tinha domínio ao computador, a dificuldade dele era mais no registro de assimilar imagem. Contudo o aluno José foi promovido para o 9º ano.

Utilizava-se do Plano individualizado com metas e estratégias definidas para o desenvolvimento das atividades a serem trabalhadas com o aluno, objetivando o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, linguagem, raciocínio lógico e motor.

O aluno era avaliado através de registro de atendimento, ou seja, nas atividades realizadas no dia a dia e também o aluno é avaliado através de avaliação no início do ano e avaliação final para descrever os avanços alcançados.

Quanto às avaliações no ensino comum segundo a professora do Aee os professores são orientados diante do conteúdo proposto para a turma, a adequação curricular para o aluno que apresenta paralisia cerebral, ou seja, trabalhar os mesmos conteúdos de forma que o aluno com deficiência obtenha êxito na aprendizagem dos conteúdos.

4.4. Instrumentos de coleta de dados

Foi utilizado um Roteiro de entrevista de perfil do professor do Atendimento Educacional Especializado adaptado, este respondido por 3 professoras do AEE e questionário de Perfil do aluno com Paralisia Cerebral respondido por 3 professoras do AEE.

Utilizou-se o questionário pois segundo Severino (2007):

Conjunto de questões, sistematicamente articulados, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisadores, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudos. As questões devem ser pertinentes do objeto e claramente formuladas, de modo serem bem compreendidas pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas. Podem ser questões fechadas ou questões abertas. No primeiro caso, as respostas serão escolhidas dentre as opções predefinidas pelo pesquisador. (SEVERINO 2007, p. 125 -126)

Para levantamento dos dados sobre a avaliação dos alunos foi solicitado o relatório que as professoras realizaram duas vezes ao ano no início das aulas e no final do ano, mas somente em uma escola recebi de fato os relatórios, nas outras 3 as professoras descreveram em uma folha como acontecia a avaliação apresentou caderno deles, pelo fato da pesquisa ter acontecido em dezembro de 2018 e começo de 2019 os alunos não frequentaram a escola mas foi possível conhecê-los através de fotos.

4.5. Materiais e Equipamentos

- Gravador do celular que foi utilizado no momento que a professora do ensino comum relatou como acontecia a avaliação do aluno com Paralisia Cerebral na sala de ensino comum.
- Câmera do celular para registrar as fotos das atividades realizadas no caderno da sala do Atendimento Educacional Especializado.

4.6. Procedimentos de análise de dados

Para análise dos dados, utilizou-se os objetivos da pesquisa como referência para análises, a partir de eixos temáticos de análises respondendo à questão problema do estudo com teor descritivo dando exata noção de como ocorre o processo de avaliação dos alunos com Paralisia Cerebral sob o olhar das professoras do AEE.

Foram sistematizados os seguintes eixos temáticos: a) Concepções sobre a avaliação dos alunos com paralisia cerebral subjacente à prática do professor do AEE; b) Avaliação pedagógica dos alunos com paralisia cerebral: instrumentos e estratégias adotadas pelas professoras de SRM; c) o processo de avaliação escolar/acadêmica do aluno com deficiência e suas contribuições na inclusão escolar.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises aqui apresentadas compõem um conjunto de respostas de caráter científico à questão norteadora da pesquisa: como se desenvolve a avaliação escolar de alunos com paralisia cerebral por professores do atendimento educacional especializado/AEE, em escolas públicas municipais de Marabá? Para tanto, foram sistematizados a partir dos seguintes eixos temáticos: a) Concepções sobre a avaliação dos alunos com paralisia cerebral subjacente à prática do professor do AEE; b) Avaliação pedagógica dos alunos com paralisia cerebral: instrumentos e estratégias adotadas pelas professoras de SRM; c) o processo de avaliação escolar/acadêmica do aluno com deficiência e suas contribuições na inclusão escolar.

a) Concepções sobre a avaliação dos alunos com paralisia cerebral subjacente à prática do professor do AEE

O estudo foi realizado em quatro escolas que possuem sala de recursos multifuncional, com intuito em saber quais os critérios de avaliação do professor do AEE ao trabalhar com alunos com paralisia cerebral.

Considerando as três professoras do AEE que responderam ao questionário de perfil e atuação profissional, pôde-se constatar que todas três são graduadas e possuem pós-graduação na área da educação especial. Esta constatação, revela um quesito indispensável para desempenhar tal função de professor das SRM, tal como descrito na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que prevê que o professor deve ter formação inicial e continuada para o exercer o cargo:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. (BRASIL, 2008, p. 17-18).

As professoras do AEE, participantes da pesquisa relataram que a avaliação acontece por meio de um conjunto de considerações a serem levadas em conta como vemos mencionados pelas professoras:

- A avaliação se dá durante o atendimento anotado em fichas individuais e com PEI- Plano educacional individualizado (Profa Rosa).

- De forma contínua, individualizada e coletiva, considerando assiduidade, e utilização da tecnologia assistiva. (Profa Maria).

- A avaliação é contínua. (Profa Joana).

Corroborando com o que as professoras descreveram sobre sua concepção acerca da avaliação, conforme consta no documento diretivo da política inclusivista no Brasil (BRASIL, 2008, p. 11) tem-se:

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu processo individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. (BRASIL, 2008, p. 11).

Considerando o documento já citado acima, todo o conhecimento já pertencente ao aluno vem como um viés que poderá ser explorado de modo que o professor desenvolva sua ação pedagógica nesse contexto, dessa forma intervindo de maneira adequada de acordo aos conhecimentos do aluno.

A professora Rosa revela conhecer sobre a importância do PEI - Plano educacional individualizado, a partir dele são traçadas as áreas a serem trabalhadas com o aluno na sala do AEE, que são as seguintes áreas cognitivas:

Percepção visual, auditiva, tátil, área motora: considerando os seguintes aspectos; postura, locomoção, manipulação de objetivos e combinação de movimentos lateralidade, equilíbrio, orientação espaço temporal e coordenação motora, área social: estado emocional, reação à frustração, isolamento e medos, interação grupal, cooperação e afetividade. (ROSA)

Constatamos então que com os dados obtidos com o Pei, a professora Rosa têm um leque de informações sobre aluno o que facilita seu trabalho de quais áreas poderão ser trabalhadas pedagogicamente com os alunos com paralisia cerebral Corroborando com a fala de Rosa, Siluk (2014, p. 64) destaca que:

[...] para a definição dos objetivos do plano, uma etapa significativa é a realização da avaliação pedagógica pelo professor do AEE. A partir da avaliação são identificadas as necessidades específicas e as habilidades do aluno, bem como características do desenvolvimento e funcionamento cognitivo, da linguagem, dos estilos e ritmos de aprendizagem escolar.

Diante desta definição da autora vimos que realizar o mapeamento das necessidades educacionais do aluno é primordial para identificar suas necessidades e poder desenvolver suas habilidades, desta forma o professor

contribui para a aprendizagem do aluno e suas características individuais de desenvolvimento.

Conforme expressou a professora Maria “a avaliação é tanto individual como coletiva que tem como premissa a assiduidade do aluno, e a utilização da tecnologia assistiva como aliada para desenvolvimento das atividades com o aluno”. “ É na interação com o aluno que o professor vai identificando, conhecendo, pesquisando, aplicando e avaliando os recursos da TA”. [...] “Os pressupostos educacionais, o conhecimento sobre o aluno e os serviços e recursos da TA devem ser a base da formação para que o professor possa atuar com cada tipo de deficiência. Siluk (2014).

Contudo o professor deve identificar as barreiras enfrentadas pelo o aluno com deficiência e busca alternativas em TA para aplicar as atividades escolares e ensinar o aluno a utilizar o recurso desenvolvendo sua autonomia funcional.

Quanto à declaração da professora Joana, podemos constatar que a avaliação é continuada:

Ressalta-se que o referido aluno deverá continuar ser atendido no AEE, cujo plano de atendimento deverá acompanhar suas necessidades educacionais específicas, e a avaliação construídas alicerçadas em estratégias que estimulem o desenvolvimento sócio pedagógico do educando. (Joana)

De acordo com as análises realizadas acerca da avaliação segundo as professoras descreveram, a avaliação dos alunos com paralisia cerebral considera todos os fatores que configuram seu desenvolvimento individual de maneira contínua e as intervenções realizadas pelas professoras é conforme as características e os níveis de aprendizagem do aluno.

b) Avaliação pedagógica dos alunos com paralisia cerebral: instrumentos e estratégias adotadas pelas professoras de SRM

A avaliação pedagógica do aluno com paralisia cerebral requer que o professor especialista identifique suas necessidades educacionais específicas, para pensar e planejar o uso de recursos pedagógicos e de acessibilidade, como previsto por Siluk (2014) afirma que: “Cabe ao professor do AEE, ao prever a utilização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, acompanhar como se dá sua aplicabilidade e funcionalidade nos demais espaços da escola”.

Cabe ao professor do AEE realizar uma avaliação minuciosa das necessidades e potencialidades dos alunos atendidos, para com isso

apontar os serviços, recursos e estratégias consideradas pertinentes a cada situação. (SILUK, 2014, p. 57).

Quando consideramos as colocações da professora Rosa a respeito de suas estratégias para trabalhar com o aluno com paralisia cerebral ela descreve que “utilizo com ele digitação, fichas para leitura, lápis, quebra-cabeça adaptado com velcro, palavras com velcro” **Figura 1:** Jogos Pedagógicos da escola. (Profa Rosa).

Analisa-se que ela utiliza métodos de acordo com nível de aprendizagem do aluno Lucas que já era alfabetizado. Com esses jogos vistos na imagem ela trabalhava com ele leitura de palavras complexas, o material foi feito com material acessível à necessidade do aluno, pois segundo o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva estabelece que

[...] no processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou tecnologia assistiva como uma prática cotidiana. (BRASIL, 2008, p. 11).

Considerando que o aluno Lucas da professora Rosa tem esse perfil de paralisia cerebral por ele ter seu cognitivo preservado observou-se nas atividades avaliativas por ela realizada, que os instrumentos e critérios para avaliar encontram-se em consonância com os parâmetros.

Verifica-se que a professora Maria “oportuniza uma vez na semana o atendimento educacional de forma individualizada para que esse aluno tenha o máximo de estímulo no ambiente do AEE, evitando distrações no momento das atividades”. Observa-se com a fala da professora que para garantir a atenção do aluno é necessário todo um ambiente de incentivo para que o aluno realmente tenha um grande aproveitamento durante o atendimento educacional especializado e desenvolva a atividade proposta pela professora.

Para desenvolver as atividades com o aluno a professora relatou que utilizava o “Engrossador de lápis, tesoura adaptada e prancha”. Luan também tinha o cognitivo preservado Luan mas por ter as mãos atrofiadas o que dificultava o uso de lápis, tesoura e outros materiais a professora recorria a métodos que auxiliassem o aluno a realizar suas atividades.

A autora Siluk (2014, p. 47) ratifica que:

Caso um aluno com deficiência física venha frequentar a sala de recursos multifuncionais, o professor do AEE poderá, dependendo das

necessidades específicas desse sujeito, utilizar recursos de comunicação alternativa e aumentativa (pranchas de comunicação e vocalizadores portáteis) que contemplem alternativas para os alunos que não possuem fala ou possuem uma fala de difícil compreensão.

No quesito dos métodos e estratégias utilizados pela professora Maria para avaliar os alunos com paralisia cerebral desenvolvem métodos específicos para trabalhar pedagogicamente de acordo com as especificidades do aluno, em conformidade como descrito por Siluk (2014).

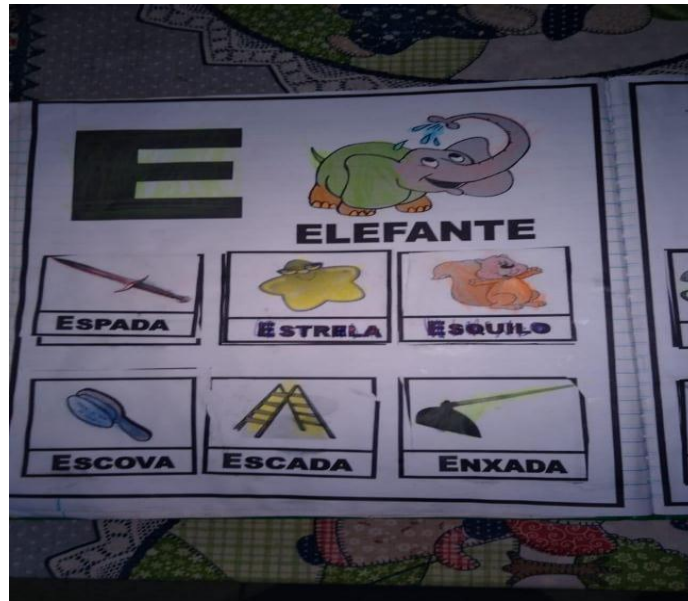
As falas da professora Joana com relação às estratégias utilizadas com os dois alunos Ana e João, expõe que é através de “Adaptação de material”, juntamente com “as tecnologias assistivas são muito importante para o desenvolvimento das crianças pois elas proporcionam maiores habilidades para alunos”. Com isso de acordo com Siluk (2014) discorre que:

O professor deve avaliar, ainda a necessidade de utilizar recurso de Tecnologia Assistiva como livros digitais, software para leitura, acesso ao computador por meio de ponteira de cabeça, acionadores, livros com caracteres ampliados, facilitadores de escrita, engrossadores de lápis, plano inclinado, tesoura adaptada, entre outros. (SILUK, 2014, p. 47).

O uso da tecnologia assistiva e os métodos já usados pela professora Joana com os alunos com paralisia cerebral se alinham às considerações de Siluk (2014). Segundo a professora Joana a aluna Ana “apresenta muita dificuldade, não conhece as letras do alfabeto não consegue escrever o próprio nome sem a ajuda da ficha e o auxílio da professora e estava no nível pré-silábico”.

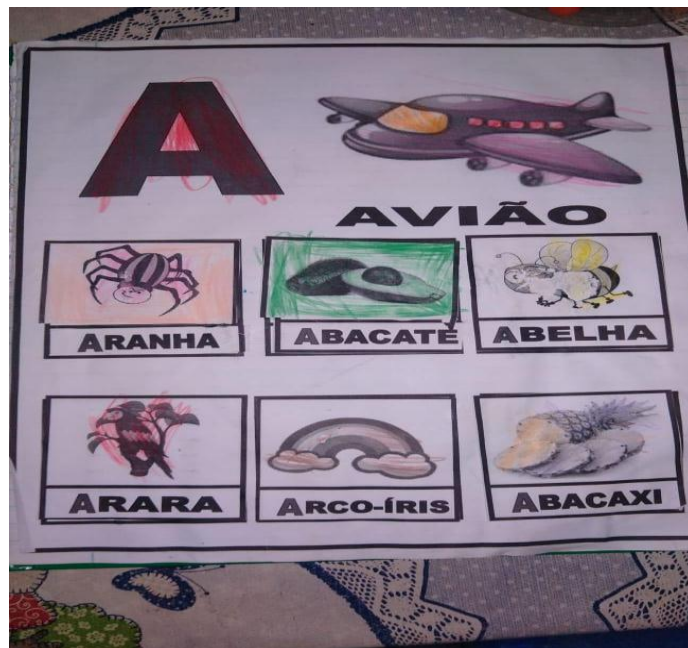
Atividades de pintura realizadas pela aluna Ana em atendimento educacional especializado:

Figura 3: Atividades da aluna Ana



Fonte arquivo pessoal da autora 2018.

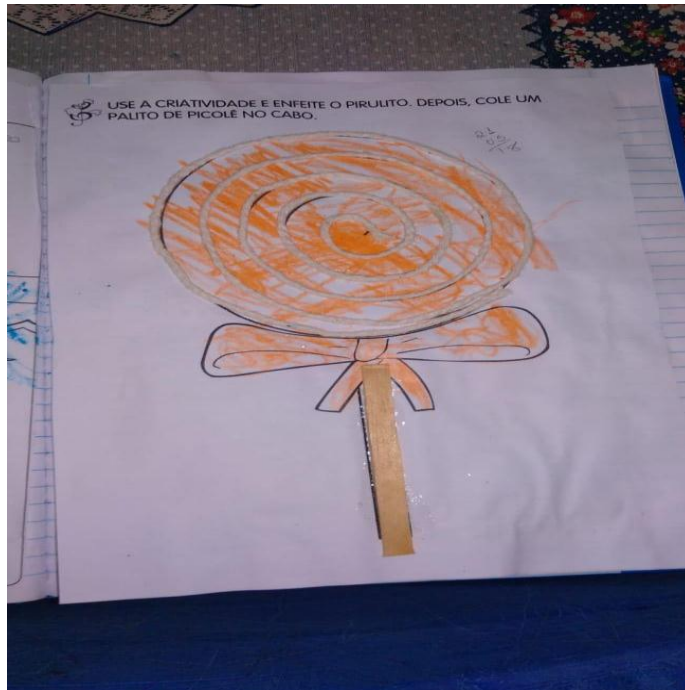
Figura 4: Atividades da aluna Ana



Fonte arquivo pessoal da autora 2018

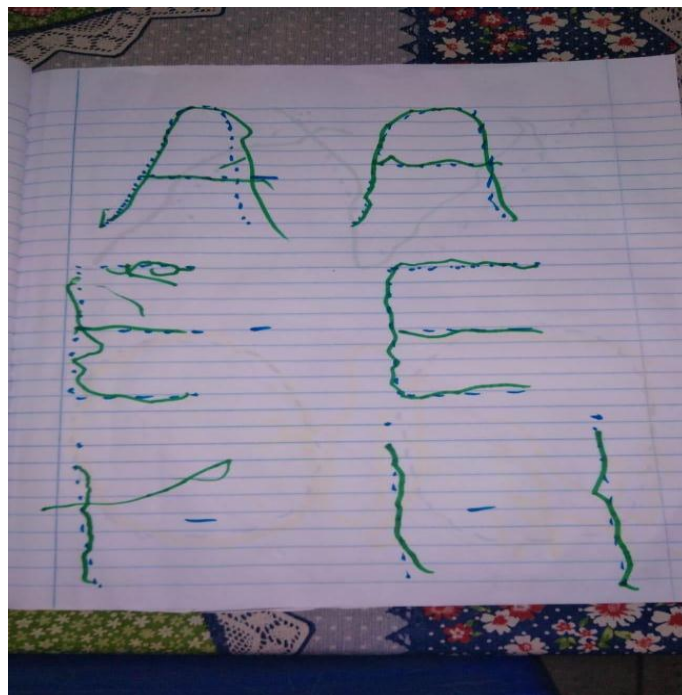
Analisa-se conforme a fala da professora Joana que “O aluno João tinha comprometimento nos membros inferiores e superiores, “o aluno acompanhava a maioria das atividades realizadas em sala, porém elas precisavam ser adaptadas em suas particularidades percebemos seu interesse pelos softwares educativos”.

Figura 5: Atividades do aluno João



Fonte: Foto retirada pela autora 2018

Figura 6: Atividades do aluno João



Fonte: Foto retirada pela autora 2018

Considerando as estratégias utilizadas pelas professoras do AEE, constatou-se que elas seguem as orientações descritas nos documentos oficiais

da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e nos dados da literatura mencionada, faz perceber que elas favorecem e potencializam a aprendizagem dos alunos com paralisia cerebral desenvolvendo suas habilidades no momento do atendimento especializado cada uma com sua estratégias para atender seus alunos.

c) O processo de avaliação escolar/acadêmica do aluno com deficiência e suas contribuições na inclusão escolar.

A inclusão escolar deve ter como objetivo acolher a todos e romper com qualquer exclusão da pessoa com deficiência, além disso os professores devem levar em consideração o aluno com paralisia cerebral como um todo e tudo o que ele aprendeu e suas habilidades que foram desenvolvidas ao longo do ano letivo.

De acordo com Anache (2012, p. 192):

[...] a avaliação é uma etapa do planejamento integral do processo de aprendizagem. Caso as condições de funcionamento das salas de Recursos Multifuncionais não sejam asseguradas, isso interfere no processo de aprendizagem do aluno, no fazer pedagógico do professor e na efetividade da inclusão escolar.

Observou-se que das três professoras que participaram da pesquisa duas delas já haviam tido contato com um aluno com paralisia cerebral como fala a professora Rosa “tive contato na estimulação precoce na instituição APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”. “A avaliação se dá durante o atendimento anotado em fichas individuais e com PEI- Plano educacional individualizado”.

A professora Maria relatou apenas que aquele “Não” foi seu primeiro contato com um aluno com paralisia cerebral”.

“A avaliação ocorre com Assiduidade nas aulas, participação nas atividades, relação com os colegas, histórico de repetência, distorção idade/ série, intensidade das limitações impostas pela deficiência e pelo ambiente escolar, frequência no atendimento Educacional Especializado e outros”.(Profa. Maria)

Destaca-se aqui as considerações da professora Joana que relatou que aquele havia sido seu primeiro contato com um aluno com paralisia cerebral, a seguir: “De início foi bem difícil, porém com a ajuda da família e da escola fomos

nos adequando a realidade do aluno. O aluno é muito esforçado no qual contribuiu bastante”. (Profa Joana).

“a avaliação escolar dos alunos com paralisia cerebral acontece por meio da avaliação inicial que concerne em descrever sucintamente como o aluno se encontrava no início do ano letivo nos aspectos: comportamental/ nível de aprendizado nos conteúdos curriculares e outros, e avaliação final se houve avanços ou não no que foi proposto no início no ano e se houve promoção ou retenção do aluno”.(Profa Joana).

Dessa forma, a avaliação é posta pelas professoras como um processo de construção dos conhecimentos dos alunos por meio de avaliação dos avanços alcançados ao longo do ano letivo a partir de suas adaptações curriculares para desenvolver o aprendizado dos alunos com paralisia cerebral.

A LDBEN 9394/96, Nota técnica 06/2011 e a Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009, trazem diretrizes operacionais para a Educação Especial e orientam as escolas para que façam adaptações curriculares ao aluno que não conseguir alcançar o currículo comum.

Fica constatado então de acordo com resolução acima e o autor mencionado e as professoras foi que a avaliação é algo contínuo e que o professor do atendimento especializado é o mediador indispensável e responsável de criar estratégias para avaliar as especificidades dos seus alunos lhe proporcionando condições básicas dentro da realidade de cada meio escolar com uma educação de qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca das análises da pesquisa de acordo com a literatura na área e os pressupostos teóricos explorados nesse trabalho, constatou-se que há uma prática avaliativa diferenciada entre as professoras, que em termos de formação e certificação, as três professoras estão habilitadas a desenvolver a função no atendimento educacional especializado. Contudo, é necessário um avanço na realização do processo avaliativo ocorrer em diálogo com a avaliação realizada pelo professor do ensino comum. E ainda, é necessário compreender o que significa uma avaliação singular aos perfis dos alunos. Conhecimento de uma variedade de possibilidades para se explorar o que o aluno aprendeu ou não aprendeu ainda, para se redimensionar a prática tanto na oferta do AEE como no processo de escolarização no ensino comum.

Quanto às condições de acessibilidade para locomoção dos alunos com paralisia cerebral, ofereciam adequações básicas na arquitetura e na organização física das escolas. Entretanto, é salutar analisar a remoção de todas barreiras físicas e organização do mobiliário e nos espaços para que os alunos possam transitar com independência e autonomia.

Como citado por uma das professoras em outro trecho da pesquisa a família é de fundamental importância para o desenvolvimento escolar e pessoal do aluno com paralisia cerebral lhes dando apoio e suporte para não desistirem participando ativamente com vida escolar de seus filhos.

Contudo, é notório que a avaliação vai além de quesito para obtenção de aprovação, o professor especializado deve avaliar perfil do aluno, seus potenciais, o conhecimento prévio, indicar recursos e tecnologias para o aluno utilizar no ensino comum, analisar e promover estratégias que auxiliem no desenvolvimento das habilidades dos alunos, propiciando-lhes uma educação de qualidade numa perspectiva de ensino inclusivo, dando apoio ao trabalho do professor ensino comum.

O papel do professor que atua no AEE é essencial para a inclusão escolar de alunos público alvo da educação especial. Para tanto é necessário atuar de forma articulada com o professor do ensino comum, de maneira que promova uma articulação entre ambos favorecendo a aprendizagem do aluno com paralisia cerebral e forma como ele deve ser avaliado. Nesse contexto, a avaliação escolar

de alunos com paralisia cerebral, amplia-se sua qualidade quando promovida de maneira integrada.

A avaliação do professor do AEE ela é decisiva em todos os procedimentos orientadores para a organização e implementação do ensino em sala de aula. A escola como um todo precisa garantir as condições de trabalho do professor especialista que é uma liderança no processo de inclusão educacional. Isso não quer dizer que é o responsável maior pela avaliação, defende-se que a participação deste profissional é fundamental, mas que a avaliação do percurso de aprendizagem precisa ser assumida pelo professor do ensino comum, orientada pelo coordenador pedagógico, apoiado com condições de acessibilidade em todas as dimensões pela gestão da escola, assumindo uma cultura inclusiva necessária no espaço escolar.

A experiência de pesquisar uma das temáticas importantes no curso de Pedagogia, que é a avaliação, e mais detidamente, a avaliação envolvendo alunos com paralisia cerebral, ilustrou como os currículos de nosso curso de formação de professores precisa avançar na transversalidade da educação especial em disciplinas como a avaliação educacional. Pois diante dos desafios da profissão, perdura um sentimento de despreparo quando se trata da aplicação dos conhecimentos pedagógicos aos casos de alunos com deficiência.

O estudo sobre as práticas de avaliação realizado com três professoras de SRMs, foi um estudo inicial e ainda restrito, é necessário em estudos futuros, ampliar esse público, e investigar a prática de professores do ensino comum também com os mesmos alunos, para traçar um comparativo sobre como os alunos com paralisia cerebral tem sido avaliados na escola em seu desempenho e percurso acadêmico.

Almeja-se que os resultados apresentados neste trabalho, contribua com reflexões nessa direção, para que o direito à educação dos alunos com deficiência, sejam assegurados a partir da colaboração de todos que fazem a escola e que o papel importante do trabalho pedagógico do professor especialista seja valorizado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira et al. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 36p, 2006.

BAPTISTA, C. R. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, p. 59-76, mai./ago. 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira. **As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial: Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Ed. Junqueira e Marin CAPES; 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – **Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 2 de 11 de setembro. **Institui Diretrizes e Normas para a Educação Especial na Educação Básica Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. Brasília, 2006.

CALHEIROS, D. S. **Consultoria colaborativa à distância em tecnologia assistiva para professores de salas de recursos multifuncionais**. 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial), Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. **CORDE, Comitê de Ajudas Técnicas, ATA VII**. 2007. Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/comite_at.asp. Acesso em: 17 set. 2018.

CARNEIRO, M. S. C. A deficiência mental como produção social: de Itard à abordagem histórico-cultural. IN: **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. BAPTISTA, C. R.; MACHADO, A. M. [et al] (Orgs.). Porto Alegre: Meditação, 2006

Declaração de Salamanca. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Brasília, M.J./CORDE, 1994.

DALBEN, Â I. M. F. (org.) **Avaliação da implantação do projeto político pedagógico Escola Plural**. Belo Horizonte: GAME/FAE/UFMG, 1999.

GONÇALVES, A. G. **Desempenho motor de alunos com paralisia cerebral frente à adaptação de recursos pedagógicos**. 166f. Tese (Doutorado em

Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

HOFFMANN. J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**: Porto Alegre: Educação & Realidade, 2000.

HOFFMANN. J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 29 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. HOFFMANN. J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 11 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

HOFFMANN. J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 11 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

HOFFMANN. J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

JANNUZI, G. M. A, 1994, **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2.a ed., Campinas, Autores Associados.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.

LUCKESI. C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortêz, 1995.

LUCKESI, C. C. **Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? A Construção do professor de ensino e a avaliação**. Idéias, n. 8, p. 71-80. São Paulo: FDE, 1990.

MANZINI, E. J. **Recursos pedagógicos para o ensino de alunos com paralisia cerebral**. In: Mensagem da APAE. n. 84, v. 36 p. 17 -21, jan./mar. 1999.

MANZINI, E. J. **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MARABÁ. Câmara Municipal de Marabá. **Cidade, Histórico, Localização, Dados e Economia do Município de Marabá**. Disponível em: Acesso em: 20 de out. de 2018.

MORETTO, V. P. **Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Pioneira, 2005.

MAZZOTA, M. J. S., 1990, “**História da Educação Especial no Brasil**”, em: **Temas em Educação Especial**, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, vol. 1, pp. 106-107.

MONTEIRO, A. P. H. MANZINI, E. J. **Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com**

deficiência em sua classe. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 14, n. 1, p.35-52, 2008.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Relatório mundial sobre a deficiência** / World Health Organization, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo, 2011.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SE-ESP, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens-entre duas lógicas;** trad. Patrícia Chittoni Ramos.-Porto Alegre: Artes Máficas Sul,1999. 183p. Publicado em *Mesure et évaluation en éducation.* 1991, v. 14, n. 4, p. 49-81.

Prieto, R. G. Educação Inclusiva com Ênfase no Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: Qual formação de professores?. In: Sheila Zambello de Pinho (org). **Formação de Educadores: O papel do educador e sua formação.** – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

QUEIROZ, F. M. M. G. **Tecnologia Assistiva e perfil funcional dos alunos com Deficiência Física nas Salas de Recursos Multifuncionais.** 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015

_____. Resolução n. 04, de 02 de outubro de 2009. **Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica–** Modalidade Educação Especial. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2009.

Rossetto, Elisabeth, **Formação do professor do atendimento educacional especializado: a Educação Especial em questão.** Revista Educação Especial, 2015. Acesso em: 3 de abril de 2018 Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313132931009>>

ROPOLI, E. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: MEC/ SEESP/ UFC, 2010

SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org.). **Atendimento Educacional Especializado-AEE: contribuições para a prática pedagógica.** 1 ed. 1. reimpr. Santa Maria: Latoratório de pesquisa e documentação- CE. Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, 2014.

SOARES, Magda. B. **Avaliação educacional e clientela escolar.** In: PATTO, M.H.S. Introdução à Psicologia Escolar. São Paulo: T.A . Queiróz, 1981.

SOUZA, C. C. **Concepção do professor sobre o aluno com sequela de paralisia cerebral e sua inclusão no ensino regular.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TYLER. R. W. **Basic Principles of Curriculum and Instruction**. Chicago, University of Chicago Press, 1949.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <http://nescdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em: 22 de agosto de 2018.

VELTRONE, Aline Aparecida. **Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo**: identificação e caracterização. São Carlos: UFSCar, 2011. 193f.

Anexos

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DA: DISCENTE REVANA RODRIGUES PEREIRA MARQUES

AO(A)

DIRETOR(A) _____,

Prezado (a) Senhor (a) Convido você a participar da pesquisa intitulada: ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL E PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO MUNICIPIO DE MARABA sob a responsabilidade da pesquisadora Revana Rodrigues Pereira Marques do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA, sob a orientação do(a) Prof(a) Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo. Os objetivos do estudo são: Identificar e analisar como se dá o processo de avaliação escolar de alunos com PC em escolas públicas municipais de Marabá, identificar quantos alunos com PC tem na rede, considerando a necessidade educacional específica de alunos com PC e descrever as dificuldades enfrentadas pelas escolas municipais de Marabá que possuem alunos com PC no processo de escolarização desses alunos. A finalidade deste trabalho é promover reflexão acerca da avaliação dos alunos com PC considerando este aluno como capaz de aprender como os demais integrantes de sua turma, considerar a avaliação destes alunos, além da participação, a integração e a força de vontade para realizar tarefas para que os mesmos tenham um olhar consciente sobre esse processo. Solicitamos a sua colaboração, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.

Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa não haverá custos financeiros, pois, a coleta dos dados se dará através do deslocamento da pesquisadora para cada escola em que trabalha os professores participantes para realização das observações e entrevistas, previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Educação. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da discente responsável

Orientadora

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Marabá-PA, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável: Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para Revana Rodrigues Pereira Telefone: (94) 992207299 E-mail revana337@gmail.com

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED

Ofício nº ____/2018

Marabá-PA ____ de ____ de 2018

SEMED

Coordenador (a) Setor Educação Especial

Prezada(a) senhor(a) venho por meio deste solicitar uma relação das escolas atualizado de 2018, onde encontram-se matriculados alunos(a) com Paralisia Cerebral. Esta relação me ajudará na coleta de dados para a realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da UNIFESSPA-Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, curso Licenciatura Plena em Pedagogia.

Certa de que podemos contar com sua colaboração, agradecemos desde já.

Atenciosamente,

Revana Rodrigues Pereira Marques
Acadêmica

Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo
Orientadora

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Através do presente instrumento, solicitamos do Gestor _____

_____,
 autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do acadêmico(a) Revana Rodrigues Pereira, orientado(a) pelo Profº(a) Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo, tendo como título preliminar Processo de avaliação de alunos com Paralisia cerebral no Município de Marabá.

A coleta de dados será feita através da análise documental dos relatórios e boletim dos alunos com PC.

A presente atividade é requisito para a conclusão do curso de Pedagogia, da Faculdade UNIFESSPA-Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização final da Instituição campo de pesquisa.

Marabá-PA, _____ de _____ de 2018

 Acadêmico

 Prof. Orientador

Deferido ()

Indeferido ()

 Assinatura e carimbo do gestor

Relação das escolas com alunos com Paralisia cerebral matriculados em salas de recursos:

Evandro Viana: 3

Mirian Moreira: 3

Salomé Carvalho: 2

Jonatas Pontes: 1

Maria de Jesus: 1

Ida Valmont: 1, Cidade-nova

Luzia Nunes: 1

Maria das Graças: 2

Heloisa Castro: 2, Cidade-nova

Silvino Santis: 3

José Alves: 3

Joel Pereira Cunha: 1

Fátima Gadelha: 1(Falecido)

Pedro Cavalcante: 3

Odilio Maia: 1

Geraldo Veloso: 2, Cidade-nova

Albertina: 1

Martinho Mota: 2

Relatório**EMEF: Jardim de Deus****Aluno: João****Ano/turma: 2ºano**

Relatório geral de desempenho do aluno da educação especial matriculado no ensino comum, (AEE).

Somos todos sabedores que é possível que nem todos os alunos com deficiência atinjam a totalidade de objetivos propostos para a turma, mas isso não deve ser empecilho para a sua progressão. Existem outros fatores relevantes e determinantes que também precisam ser avaliados. A LDB 9394/96, Nota técnica 06/2011 e a Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009, trazem diretrizes operacionais para a Educação Especial e orientam as escolas para que façam adaptações curriculares ao aluno que não conseguir alcançar o currículo comum. Desta forma, temos que avaliar o que propomos a ensinar, ou seja, devemos comparar as condições iniciais às finais considerando os objetivos e conteúdos propostos e trabalhados com o aluno, para assim, definir acerca da possibilidade de progressão para outras séries ou de retenção do aluno.

1- Avaliação inicial (descrever sucintamente como o aluno se encontrava no início do ano letivo nos aspectos: comportamental/ nível de aprendizado nos conteúdos curriculares e outros)

João no ano de 2018 esteve regularmente matriculado no 2º ano desta unidade de ensino e no atendimento educacional especializado, o aluno tem 08 anos de idade, possui diagnóstico de paralisia cerebral, com comprometimento nos membros inferiores e superiores. João é bem comunicativo, possui um bom relacionamento com seus colegas e professores, percebemos em que algumas situações o aluno não tem maturidade para resolver conflitos, pois demonstra um comportamento infantilizado.

O aluno acompanha a maioria das atividades realizadas em sala, porém elas precisam ser adaptadas em suas particularidades. João é bastante comunicativo e preza pela sua autonomia no ambiente escolar.

2- Avaliação Final (Descrever sucintamente se houve ou não avanços nos aspectos citados anteriormente).

João no decorrer deste ano teve significativos avanços, já realiza a leitura de palavras, utiliza do alfabeto móvel para montar as palavras, na matemática realiza continhas de adição.

O aluno realiza com entusiasmo as atividades em grupo, se destacando pela sua oratória e suas ideias, que são sempre bem argumentadas, percebemos seu interesse pelos softwares educativos.

3- Descrever os critérios/ aspectos utilizados na avaliação final, (promoção/ retenção) do aluno. Tais como Assiduidade nas aulas, participação nas atividades, relação com os colegas, histórico de repetência, distorção idade/ série, intensidade das limitações impostas pela deficiência e pelo ambiente escolar, frequência no atendimento Educacional Especializado e outros.

João não é um aluno faltoso, frequentou o ensino comum e o atendimento educacional especializado regularmente. Participou ativamente nos trabalhos em grupos e nas programações que aconteceram durante este ano letivo.

Ressalta-se que o referido aluno deverá continuar ser atendido no AEE, cujo plano de atendimento deverá acompanhar suas necessidades educacionais específicas, e a avaliação construídas alicerçadas em estratégias que estimulem o desenvolvimento sócio pedagógico do educando. O presente relatório foi construído a partir das observações e intervenções pedagógicas e psicopedagógicas realizadas ao longo do ano de 2018 no Atendimento Educacional Especializado com o referido aluno.

João foi promovido ao 3º ano do ensino fundamental.

EMEF: Jardim de Deus

Aluna: Ana

Ano/turma: 2ºano

**Relatório geral de desempenho do aluno da educação especial
matriculado no ensino comum, (AEE).**

Somos todos sabedores que é possível que nem todos os alunos com deficiência atinjam a totalidade de objetivos propostos para a turma, mas isso não deve ser empecilho para a sua progressão. Existem outros fatores relevantes e determinantes que também precisam ser avaliados. A LDB 9394/96, Nota técnica 06/2011 e a Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009, trazem diretrizes operacionais para a Educação Especial e orientam as escolas para que façam adaptações curriculares ao aluno que não conseguir alcançar o currículo comum. Desta forma, temos que avaliar o que propomos a ensinar, ou seja, devemos comparar as condições iniciais às finais considerando os objetivos e conteúdos propostos e trabalhados com o aluno, para assim, definir acerca da possibilidade de progressão para outras séries ou de retenção do aluno.

1- Avaliação inicial (descrever sucintamente como o aluno se encontrava no início do ano letivo nos aspectos: comportamental/ nível de aprendizado nos conteúdos curriculares e outros)

Ana no ano de 2018 esteve matriculada regularmente nesta unidade de ensino, a mesma tem 8 anos de idade, começou o atendimento em abril do corrente ano. A aluna na maioria das vezes demonstra um comportamento calmo, porém não gosta de ser contrariada.

A aluna possui um bom relacionamento com seus professores e colegas, não tem dificuldades de interagir, tem autonomia para realizar suas atividades, porém precisa de intervenções para executá-las. Ana ainda não acompanha o ritmo da turma e a maioria das suas atividades precisa ser adaptadas.

2- Avaliação Final (Descrever sucintamente se houve ou não avanços nos aspectos citados anteriormente).

No início do atendimento Ana escrevia espelhado, não conseguia tirar do quadro, reconhecia as vogais e algumas consoantes, na escrita do seu nome

precisava de auxílio da ficha e mesmo com a ficha não conseguia organizar as letras do seu nome.

No decorrer do ano percebemos alguns avanços na aluna, pois já consegue realizar a escrita do seu primeiro nome, reconhece o som das vogais nas palavras, reconhece os números e realiza a contagem com auxílio do material dourado. Ana demonstra bastante interesse pelos softwares educativos e atividades de pintura, sua família é bastante presente.

3- Descrever os critérios/ aspectos utilizados na avaliação final, (promoção/ retenção) do aluno. Tais como Assiduidade nas aulas, participação nas atividades, relação com os colegas, histórico de repetência, distorção idade/ série, intensidade das limitações impostas pela deficiência e pelo ambiente escolar, frequência no atendimento Educacional Especializado e outros.

Ana durante este ano foi uma aluna frequente no ensino comum e no atendimento educacional especializado, participou das atividades em grupo e dos eventos da escola.

Destacamos que Ana deverá continuar ser atendida no AEE desta unidade escolar, cujo plano de atendimento deverá acompanhar suas necessidades educacionais específicas, construídas alicerçadas em estratégias que estimulem o desenvolvimento sócio pedagógico do educando.

O presente relatório foi construído a partir das observações e intervenções pedagógicas e psicopedagógicas realizadas ao longo do ano de 2018 no Atendimento Educacional Especializado com a referida aluna.

A aluna foi promovida ao 3º ano do ensino fundamental

EMEF: Prof Salomé Carvalho

Aluno: João

Ano/turma: 2ºano

Relatório feito pela professora do ensino comum

O aluno João de acordo com o laudo médico, possui paralisia cerebral. O mesmo é cadeirante é uma aluno de bom comportamento, se relaciona bem com professores e com os colegas, é bastante comunicativo e alegre gosta de ouvir e de contar histórias. Demonstra respeito e carinho por todos que participam da sua vida escolar.

Em relação a aprendizagem, o aluno consegue lê palavras com sílabas simples, faz relação entre a escrita e a imagem, Lê ajustando a pauta sonora ao escrito.

Apresenta dificuldade na coordenação motora, consegue escrever o próprio nome com letras móveis e usa também as letras do alfabeto móvel para escrever e ler outras palavras. O aluno possui dificuldade na leitura e escrita das sílabas complexas.

João foi promovido para o 3º ano/ 1º ciclo. Encontra-se no nível silábico alfabético.

Em relação aos conteúdos de matemática, o aluno assimila bem a maioria. No entanto, necessita do material dourado para resolver as operações e os problemas matemáticos e também para contagem.

EMEF: Jardim de Deus

Aluna: Ana

Ano/turma: 2ºano

Relatório feito pela professora do ensino comum

A aluna Ana de acordo com o laudo médico possui paralisia cerebral. A mesma apresenta um bom comportamento. Se relaciona bem com os colegas e com os professores, é tímida e se distrai com facilidade. Demonstra respeito e carinho por todos que participam da sua vida escolar.

Em relação a aprendizagem, a aluna apresenta muita dificuldade, não conhece as letras do alfabeto não consegue escrever o próprio nome sem a ajuda da ficha.

Em relação aos conteúdos de matemática possui dificuldade para resolver problemas, não conhece os números e necessita do material dourado para contagem e sempre com o auxílio da professora.

Ana foi promovida para o 3º ano/1 ciclo encontra-se no nível pré silábico.

Escola: Sonho de Criança

Aluno: Lucas

Ano/turma: 4º ano

Relatório feito pela professora do AEE

Segundo laudo médico o aluno apresenta encefalopatia anóxia aos 03 anos de idade, evoluiu com atraso neuropsicomotor.

Necessita de acompanhamento multidisciplinar: Fisioterapia motora, Fonoaudiologia e Terapia ocupacional, além do acompanhamento neurológico.

Todas as atividades são desenvolvidas a partir de adaptações de material disponível em sala, o aluno tem 10 anos tem seu cognitivo preservado.

Atividades Fotos do material

Adaptações com material feito com velcro, para trabalhar com o som das sílabas, desenhos e formação de palavras.



Fonte: arquivo pessoal autora 2018



Fonte: arquivo pessoal autora 2018.

Jogos pedagógicos: associação números quantidades, digitação de palavras no *word*, necessitando de intervenção para concluir as atividades pois não tem teclado adaptado e ao digitar as vezes aperta muitas letras ao mesmo tempo.

Com base nos dados do Plano individual do aluno, que são traçadas as áreas a serem trabalhadas na sala do AEE, que são as seguintes área cognitiva: Percepção visual, auditiva, tátil, área motora: considerando os seguintes aspectos; postura, locomoção, manipulação de objetivos e combinação de movimentos lateralidade, equilíbrio, orientação espaço temporal e coordenação motora, área social: estado emocional, reação à frustração, isolamento e medos, interação grupal, cooperação e afetividade. Através do caderno dele percebeu-se que se trata de um aluno muito presente nas aulas e que realiza as atividades propostas. O aluno foi promovido para o 5º ano.

Escola: Sonho Feliz

Aluno: Luan

Ano/turma: 4º ano

idade: 10 anos

Sobre mim

Tipo de deficiência: Paralisia cerebral

Minhas dificuldades: Coordenação motora fina e grossa leitura e escrita compreensão de texto, manuseio de objetos.

Minhas habilidades: Bem humorado, identifica o alfabeto, cores, parte do corpo, animais, números de 0 a 10, lateralidade (dentro/ fora perto/ longe).

Escola: Pedraço do céu

Aluno: José

Ano/turma: 8º ano

Relatório feito pela professora do AEE

As avaliações se dão através do Plano Individualizado Anual onde são traçadas todas as metas a serem trabalhadas nas áreas em que o aluno precisa ser desenvolvido em que o aluno necessita, para o aluno com PC necessita ser trabalhada a área cognitiva envolvendo a linguagem o raciocínio lógico e aprendizagem o aluno é avaliado através de registro de atendimento ou seja, nas atividades realizadas no dia a dia e também o aluno é avaliado através de avaliação no início do ano e avaliação final para descrever os avanços alcançados.

Quanto às avaliações no ensino comum os professores são orientados diante do conteúdo proposto para a turma, a fazerem uma adequação curricular para o aluno incluso, ou seja, trabalhar os mesmos conteúdos de forma que o aluno obtenha uma melhor compreensão.

O aluno não está alfabetizado faz atividades com traçados pontilhados, é feito portfólio na sala, está no 8º ano, (Querido pelo corpo da escola).

A convivência na sala comum é de muita interação, participa da APAE fazendo acompanhamento com a fonoaudióloga.

O aluno ainda tem a fala um pouco enrolada, mas com relação a TA da sala de recurso ele não tem necessidade de uso, pois o mesmo tem domínio ao computador, a dificuldade dele é mais no registro de assimilar imagem.

O aluno foi promovido para o 9º ano.

ROTEIRO DE PERFIL E ATUAÇÃO DOCENTE PROFESSOR DO AEE

Discente responsável: Revana Rodrigues Pereira Marques, graduanda em licenciatura Plena em Pedagogia.

Trabalho de Conclusão de Curso: Processo de Avaliação dos alunos com paralisia cerebral do ensino fundamental em Marabá-Pará

Objetivo: Coletar informações sobre a avaliação do professor do AEE que contribuam para o desenvolvimento da pesquisa. Este questionário integra o conjunto de instrumentos para a coleta de informações sobre você professor (a), seu percurso e atuação profissional.

I. IDENTIFICAÇÃO – DADOS PESSOAIS:

1.1 Nome completo: _____

1.2 Possui faixa etária correspondente a:

- 20 a 30 anos
 31 a 40 anos
 41 a 50 anos
 51 a 60 anos

1.3 Sexo:

- Masculino
 Feminino

II. DADOS PROFISSIONAIS:

2.1. Formação Inicial:

a) Curso de Ensino Médio (especificar curso, Magistério, por exemplo. Especificar ano de conclusão e instituição onde cursou).

b) Curso de Graduação (especificar qual curso, ano de conclusão e instituição onde cursou).

2.2 No seu curso de graduação fez alguma habilitação na área de educação especial? Em caso positivo, responder em Outro, qual?

() Sim

() Não

() Outro: _____

2.3 Concluiu curso(s) de pós graduação? Se sim, especifique o nível (especialização, mestrado e doutorado), a instituição ofertante e o ano de conclusão:

III - SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO:

3.1 Descreva os cursos que você já participou na área de Educação - Especificando o Nome do curso/ Carga Horária/ Ano:

3.2 Descreva os cursos que participou na área de Educação Especial - Especificando o Nome do curso/ Carga Horária/ Ano:

3.3 Dos cursos que já participou existe algum que seja voltado específico para determinada deficiência como PC ou são vistas como um todo?

IV - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

4.1 Quanto tempo de experiência (anos) na área de educação:

4.2 Informe o tempo de experiência em anos em Sala do AEE ou como professor do ensino comum, (se houver), especificando também instituições e níveis de ensino com os quais trabalhou e trabalha.

V - ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

5.1 Utiliza tecnologias assistivas no apoio às aulas, no caso específico do aluno com PC que você leciona, você acha necessário?

() Sim

() Não

especificar: _____

5.2 Participa de atividades gerais da escola tais como: *

(Poderá marcar mais de uma opção)

() Conselhos de classe

() Reuniões administrativas

() Hora pedagógica coletiva

() Atividades sociais, culturais.

() Outro: _____

5.3 É elaborado um planejamento individual para o aluno com PC?

() Sim

() Não

5.4 Este foi seu primeiro contato com um aluno com PC?

() Sim

() Não

Se sim, Como foi?

5.5 O conteúdo da sala do AEE é o mesmo da sala do ensino comum?

() Sim

Não

5.6 Existe formação continuada para os profissionais do AEE? Se sim você considera algo relevante e satisfatório que contribui no seu modo de avaliar e trabalhar com o aluno com PC, na sua especificidade?

Sim

Não

5.7 Você cria algum método específico para as necessidades do aluno com PC?

Sim

Não

Se sim Quais? Como? _____

5.8 Como ocorre a avaliação do aluno com PC?

Respostas do Roteiro de perfil e atuação docente do professor do AEE

DADOS PESSOAIS:

1.1. Joana

1.2. 25 anos

1.3. Feminino

II. DADOS PROFISSIONAIS:

2.1. a) Escola Estadual Paes de Carvalho- 2006

b) Pedagogia-2013- UFPA

2.2. (x) Sim

2.3. Sim, Educação especial e inclusiva

III. SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO:

3.1

3.2. Curso de atendimento educacional especializado para estudantes com altas habilidades/superdotação- 180 h- 2018.

3.3. Não

IV - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

4.1. 8 anos.

4.2. 5 anos em sala de recurso-

V - ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

5.1. (x) Sim, as tecnologias assistivas são muito importante para o desenvolvimento das crianças pois elas proporcionam maiores habilidades para alunos.

5.2. (x) Conselhos de classe

(x) Hora pedagógica coletiva

(x) Atividades sociais, culturais.

5.3. (x) Sim

5.4. (x) Sim, De início foi um pouco difícil, porém com a ajuda da família e da escola fomos nos adequando a realidade do aluno, O aluno é muito esforçado, no qual contribui bastante.

5.5. (x) Não

5.6. (x) Sim, ainda não tive uma formação específica para PC, porém considero de fundamental importância para o meu aprendizado e para minha prática.

5.7. (x). Sim, Adaptação de material.

5.8. A avaliação é contínua. A avaliação escolar dos alunos com paralisia cerebral acontece por meio da avaliação inicial que concerne em descrever sucintamente como o aluno se encontrava no início do ano letivo nos aspectos: comportamental/ nível de aprendizado nos conteúdos curriculares e outros, e avaliação final se

houve avanços ou não no que foi proposto no início no ano e se houve promoção ou retenção do aluno.

Respostas do roteiro de perfil e atuação docente do professor do AEE

DADOS PESSOAIS:

- 1.1. Maria
- 1.2. 53 anos
- 1.3. Feminino

II. DADOS PROFISSIONAIS:

- 2.1. a) Ensino médio: Gaspar Vianna- ano 1997.
- b) Licenciatura em Pedagogia, Ano: 2007.
- 2.2. (x) Sim.
- 2.3. Pós graduação: Ed. Especial TEA.

III. SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO:

- 3.1.
- 3.2. Análise comportamental, ABA 2018, LIBRAS - 2015.
- 3.3. Os cursos são vistos como um todo, mesmo sendo específico para uma deficiência, por exemplo o ABA é indicado para autista, mas aplico nos demais alunos quando percebo necessidade e a possibilidade desta intervenção.

IV - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

- 4.1. 20 anos
- 4.2. Sala do AEE- 6 anos, sala comum- 14 anos.

V - ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

- 5.1. (x) Sim, engrossador de lápis, tesoura adaptada, prancha.
- 5.2.
 - (x) Conselhos de classe
 - (x) Hora pedagógica coletiva
 - (x) Atividades sociais, culturais.
- 5.3. (x) Sim
- 5.4. (x) Não.

5.5. (x) Não

5.6. (x) Sim, No momento as formações estão sendo baseadas em diretrizes curriculares, atribuições do professor do AEE, modelos de deficiência nada específico de uma determinada deficiência.

5.7. (x) Sim, oportunizar uma vez na semana o atendimento educacional de forma individualizada, para que esse aluno tenha o máximo de estímulo no ambiente do AEE, evitando distrações no momento das atividades.

5.8. De forma contínua, individualizada e coletiva, assiduidade, com utilização da tecnologia assistiva. A avaliação ocorre com Assiduidade nas aulas, participação nas atividades, relação com os colegas, histórico de repetência, distorção idade/série, intensidade das limitações impostas pela deficiência e pelo ambiente escolar, frequência no atendimento Educacional Especializado e outros.

Respostas do Questionário perfil e atuação docente do professor do AEE**DADOS PESSOAIS:**

- 1.1. Rosa
- 1.2. 33
- 1.3. Feminino

II. DADOS PROFISSIONAIS:

- 2.1. a) Ano de conclusão 2006, na cidade de Marabá.
- b) Psicopedagogia- 2011- Facimab.
- 2.2. () Sim
- 2.3. Sim, conclui especialização

III. SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO:

- 3.1
- 3.2. Altas habilidades superdotação, TEA e ABA.
- 3.3. Voltado para TEA.

IV - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

- 4.1. 10 anos
- 4.2. 7 anos no atendimento especializado.

V - ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

- 5.1. Sim, os estudantes com PC necessitam desse curso para auxiliar no processo de escrita uma vez que apresentam atraso no desenvolvimento neuropsicomotor.
- 5.2. (x) Reuniões administrativas
(x) Hora pedagógica coletiva
(x) Atividades sociais, culturais.
- 5.3. (x) Sim
- 5.4. (x) Não, tive contato na estimulação precoce na instituição APAE.
- 5.5. (x) Não.
- 5.6. (x) Sim.
- 5.7. (x) Sim, Digitação, fichas para leitura, lápis, oralidade, quebra-cabeça com velcro, palavra com velcro.

5.8. A Avaliação se dá durante o atendimento, anotações em fichas individualizadas e com PEI- Plano de ensino individualizado.

QUESTIONÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

I. Nome completo da Instituição de ensino:

1.1 Endereço: _____ Bairro: _____

1.2 Cidade: _____ Estado: _____

1.3 CEP: _____

1.4 Fone: _____

1.5 Ano de Fundação: _____

1.6 Direção da Escola: _____

1.7 Abrangência: () Estadual () Municipal

1.8 Tipo de ensino: () Infantil () Fundamental () Médio

1.9 Dados Importantes do histórico da escola (origem, histórico de criação, etc)

II. Infraestrutura da escola

2.1 Área Física:

a) Número de salas de aula: _____

b) Banheiros: _____

c) Banheiros adaptados _____

d) Cozinha: _____

e) Refeitórios: _____

f) Salas administrativas: _____

g) Laboratórios especificações: _____

h) Auditório: _____

i) Quadra: _____

- Características gerais do pátio e salas de aula:

—

III. Dados do quadro pessoal (quantidade e função/cargo)

a) Setor Administrativo:

b) Setor Pedagógico:

c) Funcionários de Serviços Gerais:

Total: _____

IV. Dados dos alunos atendidos (quantidade):

a) Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano: _____

b) Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano: _____

c) Ensino médio do 1º ao 3º ano: _____

d) Outros: _____

Total: _____

V. Atende nos turnos:

() Matutino () Vespertino () Noturno

VI. Modalidades de ensino ofertadas:

a) Educação de Jovens e Adultos na 1ª Etapa: _____

b) Educação de Jovens e Adultos na 2ª Etapa: _____

c) Educação de Jovens e Adultos na 3ª Etapa: _____

d) Educação de Jovens e Adultos na 4ª Etapa: _____

Outros: _____

Total: _____

VII. Formas de recursos Financeiros:

a) () órgão público municipal

b) () órgão público estadual

- c)() Ministério da Educação/esfera federal
- d)() Programas especiais. Quais?

V.III Informações sobre a comunidade que a escola atende:

- a) Que características socioeconômicas da comunidade a escola identificou? (padrão de vida, moradia, renda, grau de escolaridade, média de membros por família:

QUESTIONÁRIO PERFIL DO ALUNO

Discente responsável: Revana Rodrigues Pereira Marques, graduanda em licenciatura Plena em Pedagogia.

Trabalho de Conclusão de Curso: Processo de Avaliação dos alunos com paralisia cerebral no ensino fundamental em Marabá-Pará.

Objetivo: Coletar informações profissional que contribuam para o desenvolvimento da pesquisa. Este questionário integra o conjunto de instrumentos para a coleta de informações sobre o (a) aluno, seu percurso e desenvolvimento em sala

. IDENTIFICAÇÃO – DADOS PESSOAIS:

1.1 Nome completo: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo

Feminino

Masculino

II ASPECTO SÓCIO EMOCIONAL

É uma criança alegre

Sim

Não

Gosta de estar na presença de seus colegas de classe

Sim

Não

Gosta de ajudar os colegas nas tarefas de sala

Sim

Não

Gosta de participar das atividades em grupo na sala de recurso

Sim

Não

Sim

Não

Já desenvolveu hábitos e atitudes próprias do convívio social

Sim

Não

As inter relações em sala de aula oportuniza trocas que resultam em aprendizagem significativas para o educando

Sim

Não

2. 7 Nas atividades em grupo realiza atividades sem o auxílio da professora.

- Sim
- Não

Nas atividades em individuais realiza atividades sem o auxílio da professora

- Sim
- Não

III ASPECTOS PSICOMOTORES

3.1 Possui função motora fina bem desenvolvida

- Sim
- Não

3.2 Tem uma boa coordenação motora fina ao traçar as letras

- Sim
- Não

3.3 Apresenta dificuldade na marcha

- Sim
- Não

3.4 Faz uso

- Mão direita
- Mão esquerda
- Ambas

3.5 Segura o lápis corretamente

- Sim
- Não

3.6 Na atividade de recorte e colagem; recorte corretamente o contorno solicitado

- Sim
- Não

IV ASPECTO COGNITIVO

4.1 Encontra-se em qual nível

- Pré- Silábico
- Silábico
- Alfabético

4.2 Faz a associação da letra a figura

- Sim
- Não

4.3 Identifica as letras do alfabeto

- Sim
- Não

4.4 Possui limite na pintura

- Sim
- Não

4.5 Recorta com autonomia

Sim

Não

4.6 Identifica as formas geométrica

Sim

Não

4.7 Identifica os números em sua sequência

Sim

Não

4.8 Identifica os dias da semana

Sim

Não

4.9 Tem noção de tempo e espaço

Sim

Não

Atividades realizadas pelos alunos João e Ana da escola Jardim de Deus em 2018 na sala de recurso. Fonte: arquivo pessoal da autora 2018.

Figura 7: Atividades da Ana

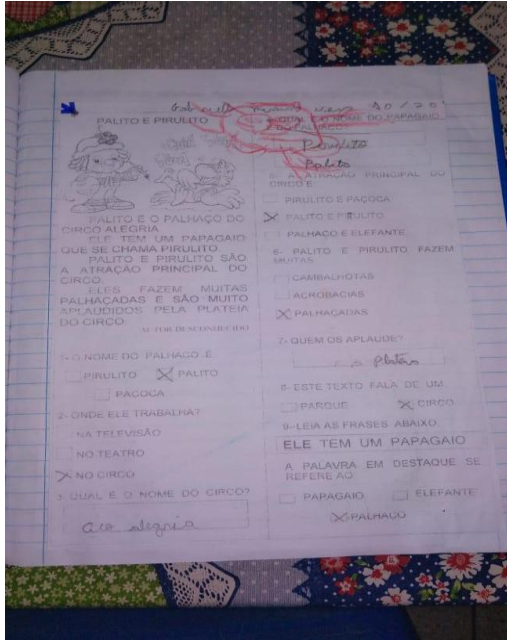


Figura 8: Atividades da Ana

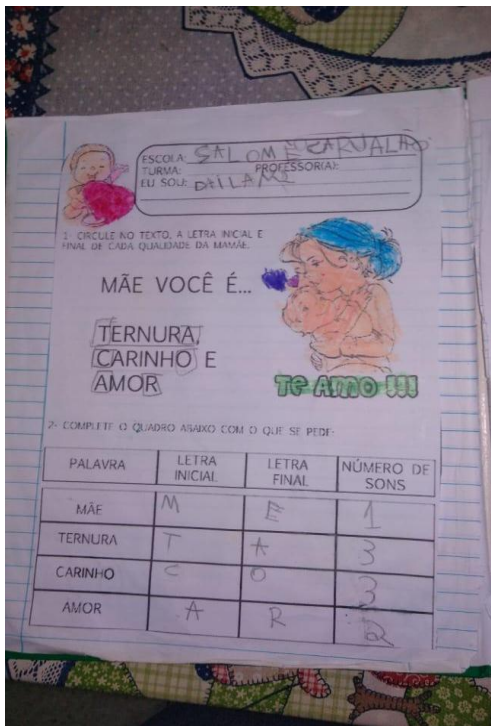


Figura 9: Atividades da aluna Ana

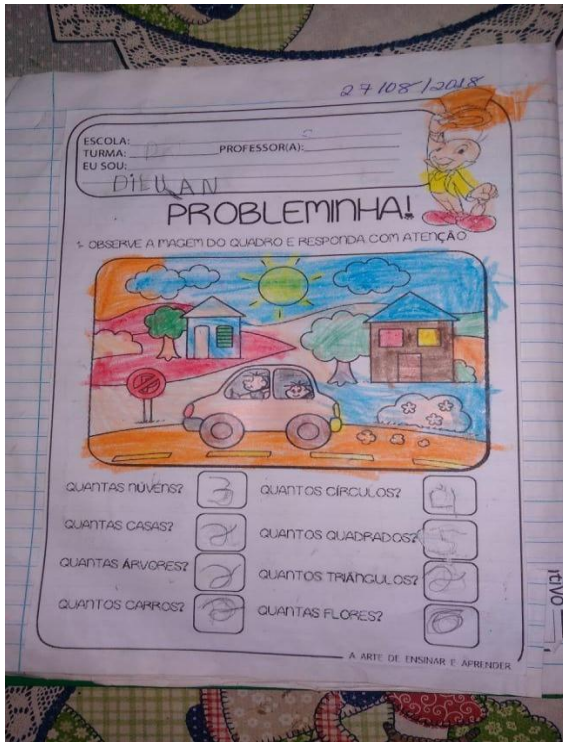


Figura 10: Atividades da aluna Ana



Figura 11: Atividades do aluno João

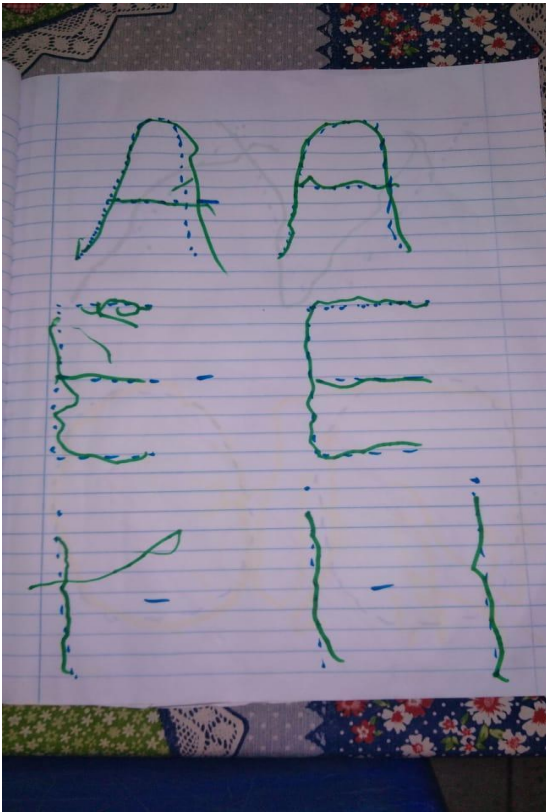


Figura 12: Atividades do aluno João

Escola: Escola Municipal de São João
 Data: 10/02/2019 Turma: FOUCALUNOS.COM
 Aluno: _____

ATIVIDADES DE MATEMÁTICA

1) CALCULE MENTALMENTE OS RESULTADOS DAS ADIÇÕES E ESCREVA AS RESPOSTAS:

A) $5 + 8 = 13$	G) $10 + 7 = 17$	M) $6 + 6 = 12$
B) $7 + 9 = 16$	H) $11 + 7 = 18$	N) $7 + 7 = 14$
C) $6 + 7 = 13$	I) $5 + 7 = 12$	O) $8 + 8 = 16$
D) $8 + 9 = 17$	J) $6 + 8 = 14$	P) $9 + 9 = 18$
E) $8 + 7 = 15$	K) $6 + 9 = 15$	
F) $9 + 7 = 16$	L) $6 + 10 = 16$	

2) CALCULE MENTALMENTE O RESULTADO DAS ADIÇÕES E LIGUE CADA ENVELOPE A SUA CAIXA DE CORRIGIR:

$12 + 24$	•	•	74
$45 + 22$	•	•	67
$64 + 10$	•	•	36
$17 + 20$	•	•	37

3) CALCULE O RESULTADO DE CADA OPERAÇÃO:

A) $\begin{array}{r} 25 \\ + 4 \\ \hline 29 \end{array}$	B) $\begin{array}{r} 29 \\ + 10 \\ \hline 39 \end{array}$	C) $\begin{array}{r} 15 \\ + 3 \\ \hline 18 \end{array}$	D) $\begin{array}{r} 30 \\ + 6 \\ \hline 36 \end{array}$
--	---	--	--

Figura 13: Atividades da aluna Ana

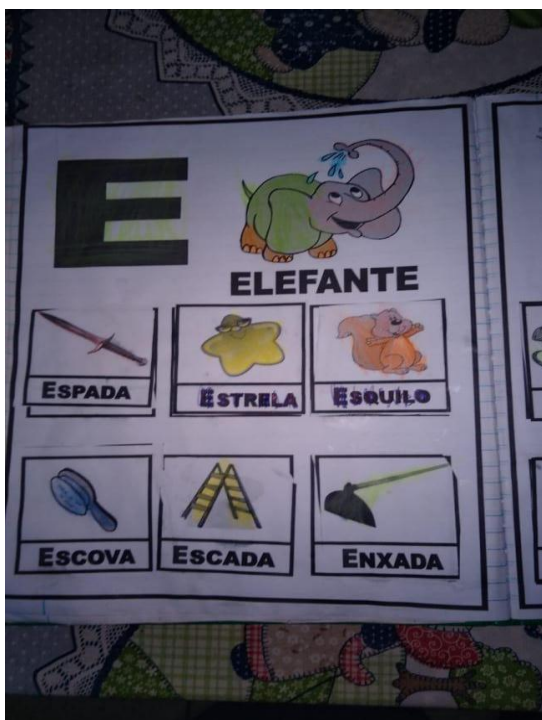



Figura 14: Atividades da aluna Ana



Figura 15: Atividades aluna Ana

ALUNO(A): DALNAU

GALINHA CHOCA
VAI TER PINTINHOS
TODOS BEM GORDOS
E BEM LINDINHOS



1. QUANTOS FILHOTES A GALINHA CHOCA VAI TER? DESCUBRA CONTANDO OS OVOS E REGISTRE NOS QUADROS.

1	2	3	4	5	
---	---	---	---	---	--

2. PINTA A QUANTIDADE DE FILHOTES QUE A GALINHA CHOCA VAI TER




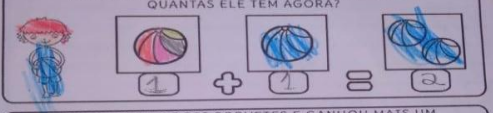
Figura 16: Atividades da aluna Ana

Escola: _____
Data: 04/02/2018 Turma: _____ ENSINOJA.COM
Aluno: DALNAU

ADICÃO

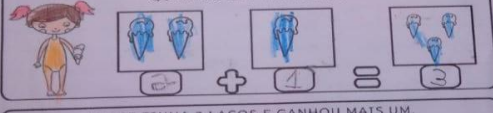
VAMOS SOMAR?

LUCAS TINHA UMA BOLA E GANHOU MAIS UMA. QUANTAS ELE TEM AGORA?



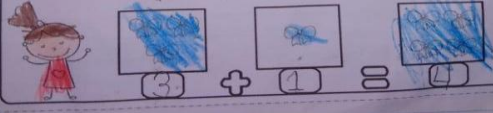
$$\boxed{1} + \boxed{1} = \boxed{2}$$

MARINA TINHA DOIS SORVETES E GANHOU MAIS UM. QUANTOS ELA TEM AGORA?



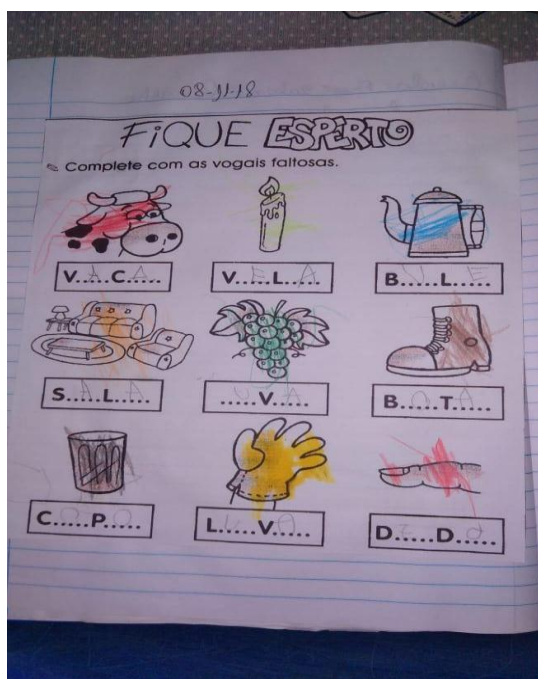
$$\boxed{2} + \boxed{1} = \boxed{3}$$

ALICE TINHA 3 LAÇOS E GANHOU MAIS UM. QUANTOS ELA TEM AGORA?



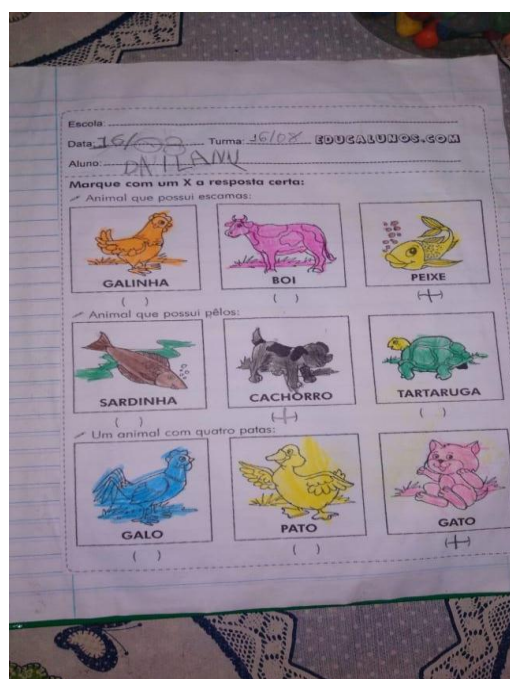
$$\boxed{3} + \boxed{1} = \boxed{4}$$

Figura 18: Atividades do aluno João



Fonte: Foto retirada pela autora 2018.

Figura 17: Atividades da aluna Ana



Fonte: Foto retirada pela autora 2018.